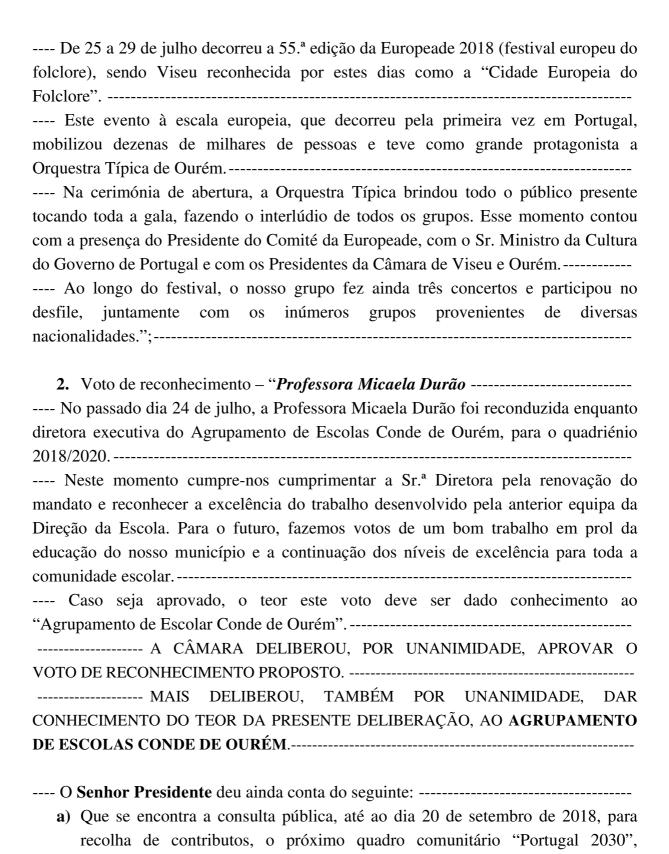


ATA N.º 17 (REUNIÃO PRIVADA)

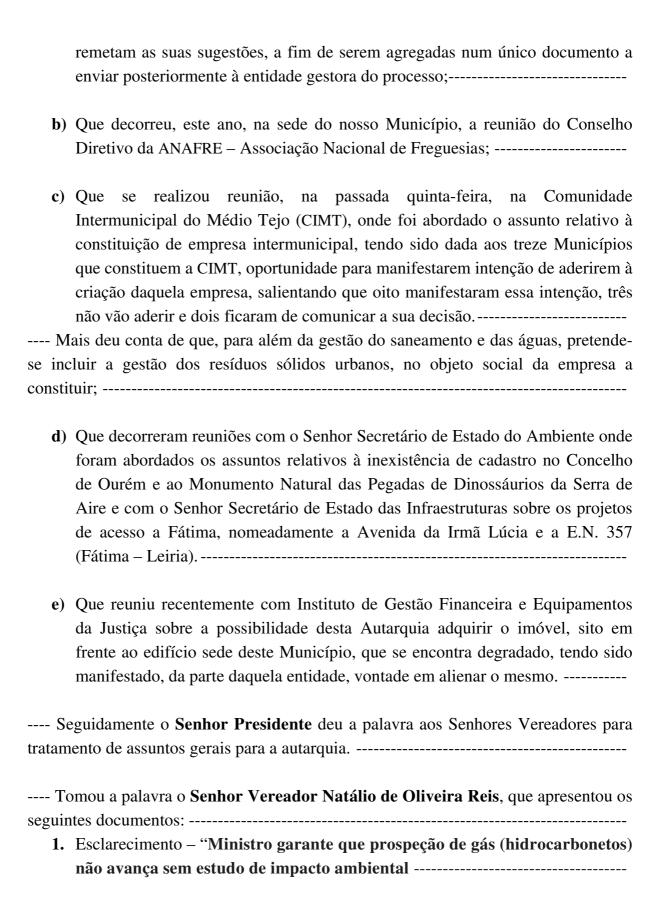
Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e dezoito, na Cidade de Ourém,
no edifício sede deste Município e na Sala de Reuniões, à hora designada, reuniu,
ordinariamente, a Câmara Municipal, estando presentes, além do Excelentíssimo
Presidente, Senhor LUÍS MIGUEL MARQUES GROSSINHO COUTINHO
ALBUQUERQUE, os Senhores Vereadores: NATÁLIO DE OLIVEIRA REIS, JOSÉ
AUGUSTO DIAS DOS REIS, RUI MANUEL SIMÕES VITAL e ESTELA AUGUSTA
RITO RIBEIRO, comigo Clarisse Isabel Pereira Neves, Chefe da Divisão de Apoio a
Fundos Comunitários, Projetos e Expediente
OOXXXOO
000
ABERTURA DA REUNIÃO
O SENHOR PRESIDENTE DECLAROU ABERTA A REUNIÃO E
FORAM SEGUIDAMENTE TRATADOS OS ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM
DO DIA (ANEXO I), ELABORADA NOS TERMOS DO ARTIGO 53.º, DO ANEXO I À
LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO
ooxxxoo
000
FALTAS DE MEMBROS DA CÂMARA
O Senhor Presidente informou os presentes de que, ao abrigo da Delegação de
Competências efetuada na reunião de 30 de outubro de 2017, considerou justificadas
as faltas das Senhoras Vereadoras CÍLIA MARIA DE JESUS SEIXO e MARIA
ISABEL TAVARES CARDOSO JUSTA DE SOUSA COSTA, por estas se encontrarem
de férias
A CÂMARA FICOU INTEIRADA
ooxxxoo
000
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA
Nos termos do artigo 52.°, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o
Senhor Presidente tomou a palavra para apresentar os seguintes documentos:
1. Declaração – "Europeade 2018 – Orquestra Típica de Ourém



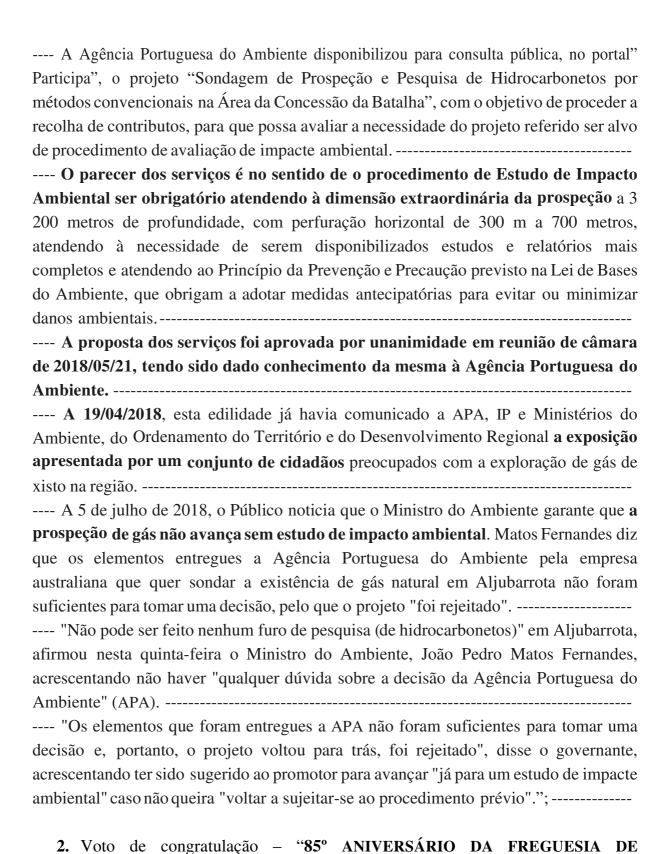


solicitando aos Senhores Vereadores, que até ao final de mês de agosto,

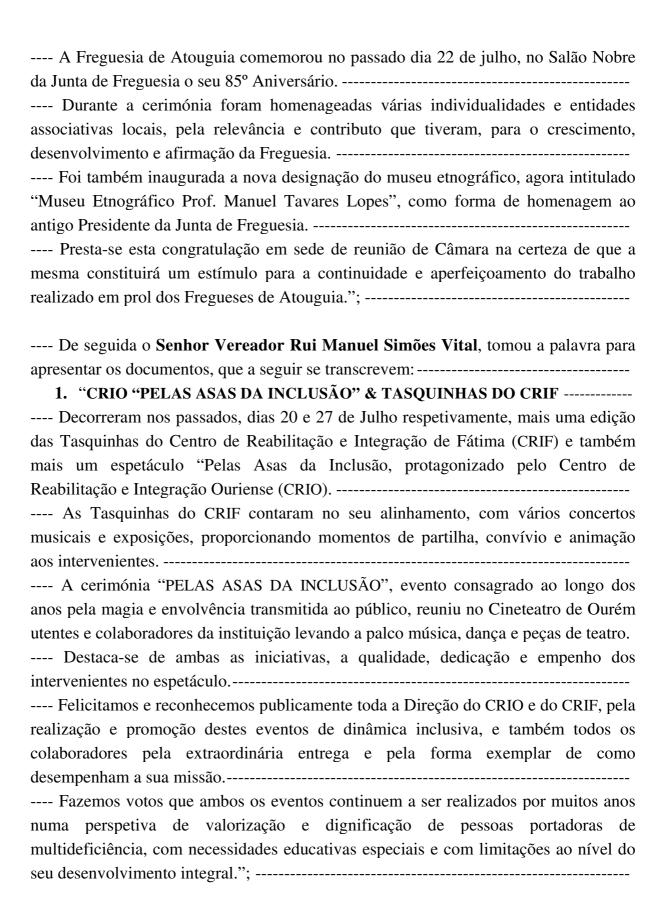




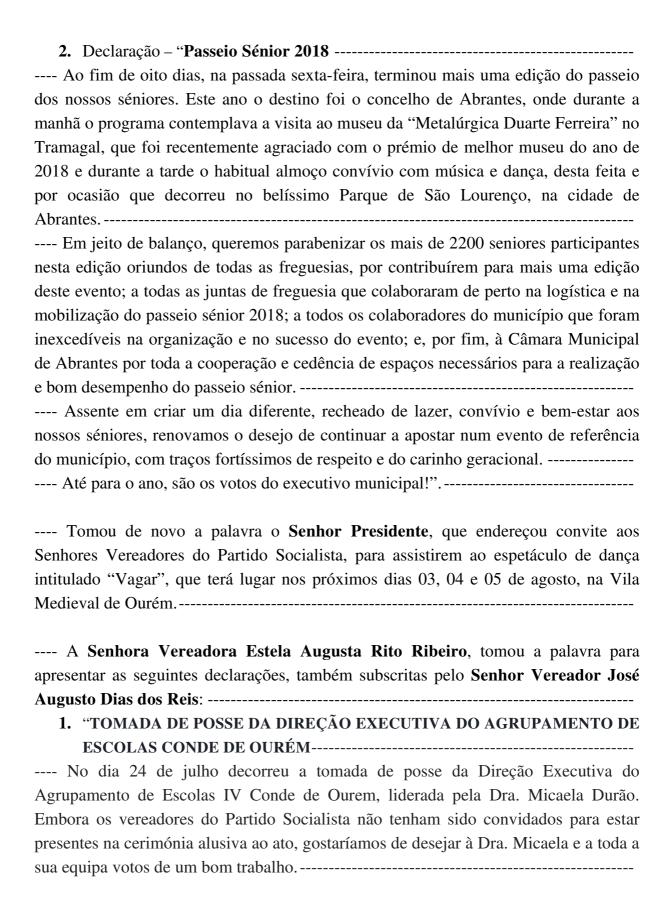




ATOUGUIA-----





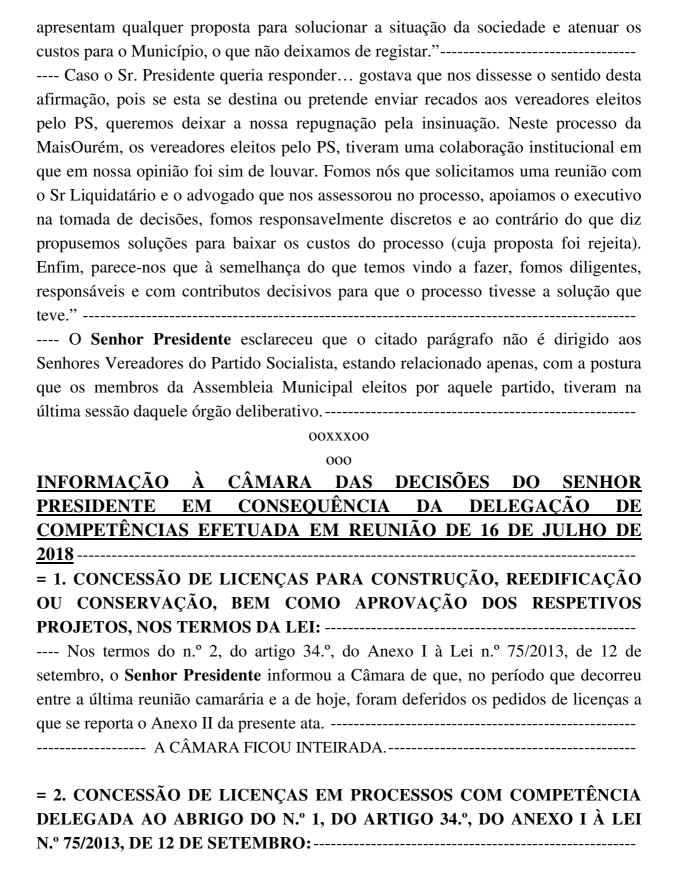




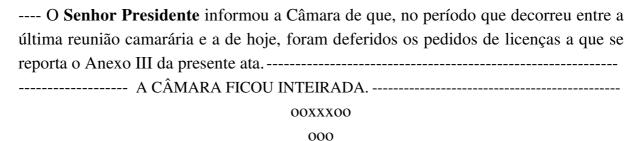
2. "ALMOCO CONVÍVIO NO SOBRAL COM "OS AMIGOS DO BORRALHEIRO"--------- No dia 21 de julho os vereadores do Partido Socialista, a convite do Senhor Presidente da Câmara, participaram em mais um almoço, no lugar de Pias Longas – Sobral, de bacalhau, com batatas e cebolas, tradicionalmente assadas na terra, que ficam com um sabor diferente e delicioso. --------- Queremos deixar aqui expresso o nosso agradecimento ao município, na pessoa do Senhor Presidente e um também agradecimento e bem-haja à Confraria dos "Amigos do Borralheiro" pela organização do evento e excelente trabalho que ali vimos realizado. --------- Demos conta de elementos do executivo no evento, bem documentados nas fotos publicadas no site oficial da Câmara, mas não tivemos o prazer de com eles conviver nem de nas mesmas aparecer."--------- Por fim tomou a palavra o Senhor Vereador José Augusto Dias dos Reis, que apresentou a seguinte declaração, também subscrita pela Senhora Vereadora Estela Augusta Rito Ribeiro: "AINDA - MAISOURÉM ---------- Ainda sobre a última reunião de Câmara datada de 16-07-2018, e em concreto à declaração não lida, mas subscrita e transcrita para Acta pelo Sr Presidente, referindose ao tema MaisOurém queremos interpelar o Sr Presidente sobre o seguinte: ------ Nesta declaração, precisamente no último paragrafo, o Sr Presidente escreve: "Lamentamos a inércia destes últimos 8 anos, pois não existiu qualquer caminho ou

estratégia para concretização dos objectivos da MaisOurém, S.A., nem solução jurídica para o problema que sempre vinham anunciando. **Hoje, como no passado**, não









PAGAMENTOS -----

---- O Senhor Presidente informou a Câmara de que, no período que decorreu entre 16 e 27 de julho em curso, foram efetuados os pagamentos, a que se reportam as autorizações a seguir indicadas, que colocou à disposição de todos, para efeitos de consulta e confirmação, no valor de 1.929.996,89€: 1384, 1644, 1645, 1810, 1931 a 1940, 1982, 1984, 1987, 1988, 1990, 1991, 1994 a 1996, 1998, 2000 a 2035, 2037 a 2041, 2043 a 2047, 2049 a 2062, 2064, 2066, 2068 a 2071, 2073, 2074, 2076, 2078 a 2082, 2084, 2086, 2087, 2089, 2091, 2093, 2094, 2096, 2097, 2101, 2103, 2105 a 2107, 2109, 2110, 2112, 2114, 2116 a 2120, 2123 a 2161, 2163 a 2181, 2182/1, 2182/2, 2182/3, 2182/4, 2182/5, 2183/1, 2184/1, 2184/2, 2184/3, 2184/4, 2184/5, 2184/6, 2184/7, 2184/8, 2184/9, 2185/1, 2185/2, 2185/3, 2185/4, 2185/5, 2185/6, 2185/7, 2185/8, 2186/1, 2186/2, 2186/3, 2186/4, 2186/5, 2186/6, 2186/7, 2186/8, 2186/9, 2187/1, 2187/2, 2187/3, 2187/4, 2187/5, 2188/1, 2188/2, 2188/3, 2188/4, 2189/1, 2189/2, 2189/3, 2189/4, 2189/5, 2189/6, 2189/7, 2189/8, 2190/1, 2190/2, 2190/3, 2190/4, 2190/5, 2190/6, 2190/7, 2190/8, 2191/1, 2191/2, 2191/3, 2191/4, 2191/5, 2191/6, 2191/7, 2191/8, 2192/1, 2192/2, 2193/1, 2193/2, 2193/3, 2194/1, 2194/2, 2194/3, 2195/1, 2195/2, 2195/3, 2195/4, 2195/5, 2196/1, 2196/2, 2196/3, 2196/4, 2197/1, 2197/2, 2197/3, 2197/4, 2197/5, 2197/6, 2197/7, 2197/8, 2198/1, 2199/1, 2199/2, 2199/3, 2200/1, 2200/2, 2200/3, 2201/1, 2201/2, 2201/3, 2201/4, 2201/5, 2202/1, 2202/2, 2202/3, 2202/4, 2202/5, 2203/1, 2203/2, 2203/3, 2204 a 2229, 2235 a 2238, 2255, 2261, 2262 e 2265 a 2268,----------- A CÂMARA FICOU INTEIRADA. -----

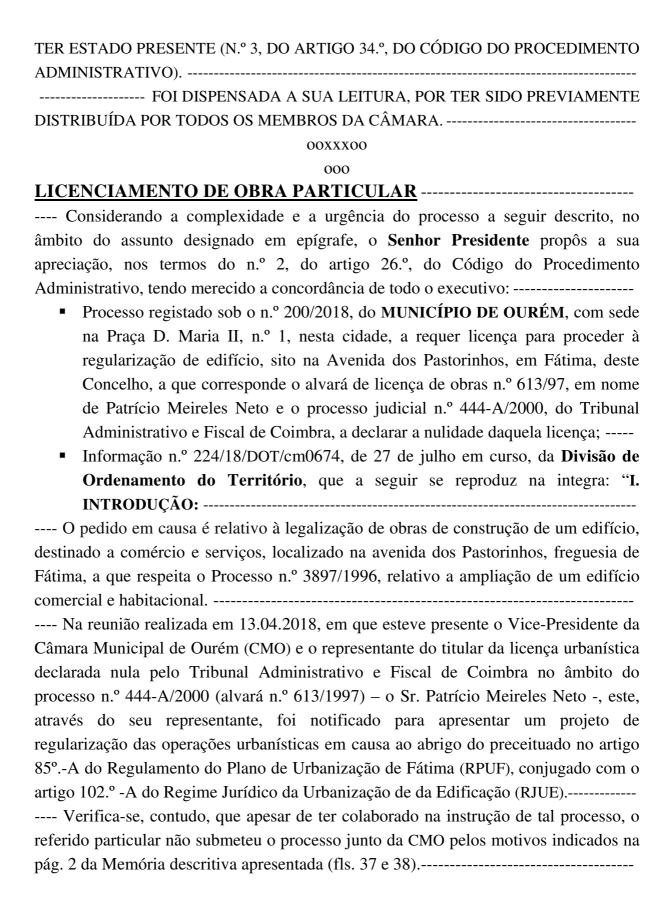
ooxxxoo

000

APROVAÇÃO DE ATAS------

----- AO ABRIGO DO PRECEITUADO NO ARTIGO 57.°, DO ANEXO I À LEI N.° 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO DE **16 DE JULHO 2018**, SEM A VOTAÇÃO DO **SENHOR VEREADOR RUI MANUEL SIMÕES VITAL**, POR NÃO





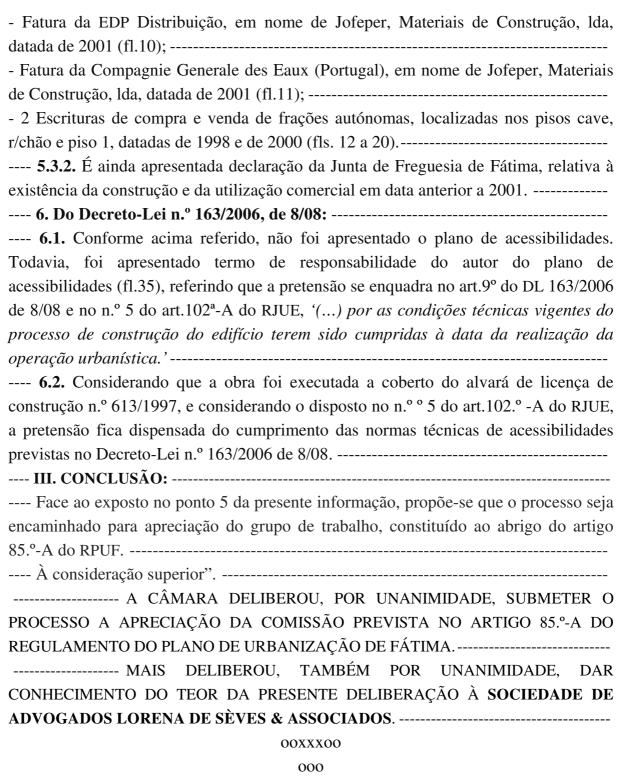


Em todo o caso, e uma vez que o Município de Ourém está obrigado a executar a sentença proferida no âmbito do referido processo n.º 444-A/2000, por um lado, e que o próprio RJUE consagra, de forma expressa, o dever de o órgão administrativo competente "adoptar as medidas adequadas de tutela e restauração da legalidade
urbanística" – onde se conta o procedimento de legalização com assento no seu artigo 102.º-A – quando verifique a existência de operações urbanísticas realizadas ao abrigo
de actos administrativos de controlo prévio declarados nulos (cfr. artigo 102.°, n.° 1 alínea c) do RJUE), por outro, verifica-se que o Município pode proceder
oficiosamente, à legalização das operações urbanísticas em causa
Em face do que antecede, isto é, tratando-se de um procedimento de legalização
oficiosa, não há lugar a aperfeiçoamento do pedido ou a rejeição liminar nos termos
das al.a) e al.b) do n.° 2 do artigo 11° do RJUE
II. ANÁLISE TÉCNICA:
Analisada a pretensão, informa-se o seguinte:
1. Da descrição do edifício objeto do pedido de legalização
O edifício em causa apresenta 1 piso abaixo da cota de soleira, destinado a
estacionamento e 3 pisos acima da cota de soleira, destinados a comercio no r/chão e a
escritórios no piso 1 e no piso 2
O edifício em causa é contiguo a um edifício existente com alvará de licença de obras n.º 88/1990
2. Do enquadramento das operações urbanísticas no RPUF
a) De acordo com o art.º 19.º :
• Unidade: 4. – Fátima
• Subunidade: 4.3 Rotunda Sul
 Condicionantes: PDMO: Estrada Municipal (EM) 360 (planta de ordenamento
do PDMO), PUF: Zona non aedificandi; via arterial existente; vias pedonais
existentes; rede de abastecimento de água; rede de águas residuais
• Outras condicionantes: vias: EM 360 (cart.1:10 000), rede de abastecimento
de água, emissário de Fátima, faixa de proteção EPAL, conduta da EPAL rede de gás, PT cabo aéreo e conduta enterrada
b) De acordo com o art.º 27.º :
Dimensão da parcela edificável: 530,05 m2
 Frente confinante com via pública e infraestruturada: sim (<i>cumpre</i>)
Tione commune com via paonea e minaconaturada. Sim (campre)

• Dimensão mínima da frente com via pública: cerca de 12 m (mín. 10m,
 cumpre) Profundidade da parcela: cerca de 60 m (mín. 18m, cumpre)
c) De acordo com o quadro regulamentar – Anexo II:
• Uso: comércio e serviços (<i>cumpre</i>)
• N.º de pisos: 4 (máx. 5, cumpre)
• Altura máxima da fachada: 13,40m (<i>máx. 18m, cumpre</i>)
• Dimensão da parcela edificável: 530,05 m2 (<i>mín. 400m2, cumpre</i>)
• Percentagem de ocupação: 106,61 % [565,10/530,05x100] (máx. 50%, não
cumpre)
• Índice de utilização à parcela: 2,06 [1095,95/530,05] (<i>máx. 1,88, não cumpre</i>)
d) De acordo com o art.º 28.º :
Afastamento mínimo lateral esquerdo: corpo balançado: 2,60m, fachada:
3,60m (<i>mín.</i> 4m, não cumpre)
• Afastamento mínimo lateral direito: cerca 5,70m (<i>mín. 4m, cumpre</i>)
• Afastamento mínimo de tardoz: 5,10 m (mín. 6m, podendo reduzir
pontualmente a um mínimo de 5m, cumpre)
• Área permeável: 0,07% [0,85/1100x100] (mín. 30%, não cumpre)
e) De acordo com o art.º 29.º :
 Profundidade máxima do edifício medida perpendicularmente ao plano
marginal vertical:
- Piso cave e piso r/chão: 38,50m (não utilizados para habitação, cumpre)
- Piso 1 e piso 2: 30,90m (30m, não <i>cumpre</i>)
f) De acordo com o art.º 30.º :
 Afastamento mínimo da construção ao eixo da via: corpo balançado: cerca de
17,60m, fachada: 18,65m (<i>mín. 13,5m, cumpre</i>)
g) De acordo com o art.º 40.º :
• N.º de lugares de estacionamento para veículos ligeiros: 25 (21 lugares
privados e 4 lugares públicos) (mín. 44, dos quais 35 devem ser de acesso
publico, não cumpre)
Nota: os valores apurados na al c) e na al d) do ponto 2, para efeitos de cálculo dos parâmetros
urbanísticos, basearam-se nos dados apresentados na memória descritiva (fls. 41 a 43) e na peça
desenhada (fl.83)
3. Da instrução do pedido

Com exceção do Plano de acessibilidades, cuja apresentação não se mostra aqui obrigatória conforme referido na presente informação e dos documentos cuja
apresentação é dispensada por se tratar de um procedimento de legalização nos termos
do disposto no artigo 102.º-A, n.º 4 e n.º 5 do RJUE, como é o caso da Ficha de
segurança contra incêndio, o projeto encontra-se instruído com todos os elementos
instrutórios exigíveis, nomeadamente, com os seguintes:
a) Termo de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura (fl.34);
b) Termo de responsabilidade do coordenador do projeto(fl.33);
c) Termo de responsabilidade do autor do projeto de condicionamento acústico(fl.25);
d) Fotografias do imóvel (fl.57);
e) Termo de responsabilidade do autor do plano de acessibilidades (fl.35)
Considerando que, conforme referido na parte introdutória, o presente
procedimento deve prosseguir oficiosamente, o documento comprovativo de
titularidade referente à parcela em causa (fls. 5 a 7) mostra-se suficiente
4. Da Localização:
4.1. De acordo com as plantas entregues pelo requerente e a informação prestada
pelo gabinete SIG, nos termos do PUF, a pretensão localiza-se na sub-unidade 4.3 -
Rotunda Sul da unidade 4. – Fátima
5. Parâmetros RPUF e enquadramento no artigo 85.º-A:
5.1. A pretensão não está de acordo com o disposto nas seguintes normas do
PUF:
a) no quadro regulamentar do anexo II do regulamento, dado que a percentagem de
ocupação existente é 106,61 % e a percentagem de ocupação permitida é 50%
b) no quadro regulamentar do anexo II do regulamento, dado que o índice de
utilização à parcela existente é 2,06 e o Índice de utilização à parcela permitida é
1,88
c) no n.º 1 do art.28° do seu regulamento, dado que o afastamento mínimo
regulamentar de fachadas laterais em relação ao limite lateral da parcela é 4m.
sendo afastamento mínimo da fachada e do corpo balançado do edifício ao limite
lateral esquerdo da parcela é, respetivamente, 3,60m e 2,60m
d) no n.º 6 do art.28º do seu regulamento, dado que a percentagem de área
permeável da parcela é 0,07% e a percentagem mínima de área permeável da
parcela exigível é 30%

e) na al d) do n.º 1 do art.29º do seu regulamento, dado que a profundidade do adifício na pisa 1 a na pisa 2 á 30 00m a a profundidada máxima permitida á
edifício no piso 1 e no piso 2 é 30,90m e a profundidade máxima permitida é 30,00m.
f) na al b) do n.º 1 do art.40° do seu regulamento, dado que o n.º de lugares de estacionamento para veículos ligeiros é 25 e o n.º mínimo de lugares de estacionamento para veículos ligeiros exigível é 44
5.2. O pedido é formulado ao abrigo do art.85ºA do RPUF, que consagra a
regularização de estabelecimento de atividades económicas existentes antes da
data de entrada em vigor do PUF, nomeadamente 11 de janeiro de 2003
Nos termos do referido artigo, a regularização dos estabelecimentos é objeto de
análise e parecer por um grupo de trabalho, composto por representantes da entidade
coordenadora do licenciamento, das entidades que tutelam o ambiente e o
ordenamento do território na região de Lisboa e Vale do Tejo e por representantes da
CM. No caso em concreto, o grupo de trabalho é composto por representantes da CM e
da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
(CCDR LVT)
5.3. Para efeitos de enquadramento no art.85.º -A do RPUF constam do processo
os seguintes elementos:
5.3.1. Como prova de que a construção é anterior à data de entrada em vigor do
PUF:
- Ortofotos de 1998 (fonte: Direção Geral do Território) e Ortofotos de 2001 (fonte:
Câmara Municipal de Ourém)
Nos referidos Ortofotos, verifica-se que o edifício em causa já se encontrava construído nessas datas (cf anexo 1 e 2 à presente informação)
Conforme Ortofotos de 2004 (fonte: Direção Geral do Território), não é visível a
existência de alterações na edificação em causa (anexo 3 à presente informação)
- O alvará de licença de obras n.º 613/97 emitido em 26/06/1997 e válido até
27/06/1998, o qual foi alvo de declaração de nulidade pelo Tribunal Administrativo e
Fiscal de Coimbra (anexo 4 à presente informação)
5.3.2. Constam no processo, como prova de que as atividades económicas são
anteriores à data de entrada em vigor do PUF os seguintes documentos:
- Fatura da EDP Distribuição, em nome de Jofeper, Materiais de Construção, Ida,
datada de 2000 (fl.8);
- Fatura emitida em nome de Jofeper, Materiais de Construção, Ida, datada de 2001
(fl.9);



PROPOSTA DE CÓDIGO DE CONDUTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM-----

---- Foi apresentada a informação n.º 10/18, sem datada, do **Senhor Adjunto Luís Serras de Sousa**, que se passa a transcrever: "O Código de Conduta do Município de



Ourém pretende ser um documento de acessível leitura e interpretação, com o fito de criar padrões de comportamento e o intuito de orientar todos os agentes públicos na sua ação diária, promovendo uma imagem pública positiva e uma identidade de excelência da nossa Instituição.--------- Assim e em anexo à presente informação, venho propor o articulado para este Código de Conduta, e sugerir que os serviços possam ser consultados como forma de poderem prestar o seu contributo para este documento.--------- Informo, igualmente, que o presente Código não está abrangido pela interpretação do artigo 135.º do Código do Procedimento Administrativo, na sua versão atualizada, o que dispensa a sujeição às regras procedimentais previstas nos artigos 97.º e seguintes desse diploma.--------- Apesar de não ter qualquer "efeito jurídico externo", estas normas configuram-se num Código de Conduta o que se revela através do n.º 4 do artigo 136.º do CPA, ou seja, verifica-se a dependência de existir habilitação legal para a produção de efeitos. ----- Desta forma, é à Câmara Municipal a quem compete "(...) aprovar regulamentos internos" conforme se verifica pela alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aqui se aplica e reproduz. ---------- À consideração superior do Sr. Presidente." ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR O CÓDIGO DE CONDUTA DO MUNICÍPIO DE OURÉM, CONSTANTE DO ANEXO IV DA PRESENTE ATA, NOS TERMOS DA ALÍNEA K), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO. ---------- Abstiveram-se os Senhores Vereadores José Augusto Dias dos Reis e Estela Augusta Rito Ribeiro, que apresentaram a seguinte declaração: "Não são um conjunto de intenções razoavelmente expressas num documento a que chamamos "Código" que garante a transparência, a imparcialidade e a integridade que, supostamente, todos aqui têm. O tal "conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõe à consciência coletiva" tem que estar desde há muito enraizado nas praticas diárias de todos nós, sob pena de, se isso não tiver acontecido, dificilmente ser alcançado. ---------- O que importa aqui é o rigor, a clareza, consubstancializada na apresentação de **todos** os documentos necessários à tomada de decisão. ---------- Portanto, este Código parece-nos um conjunto de intenções, que tem como finalidade mascarar um problema maior, mas que, em termos práticos de nada adiantará. Os vereadores do PS ficam contentes com a tentativa, mas não convencidos da sua eficácia." ------



FEIRA QUINZENAL - ESPITE --------- Através de carta enviada por correio eletrónico no dia 17 de julho em curso, a Freguesia de Espite, solicitou a esta Câmara Municipal que se pronuncie sobre o de realização da tradicional "Feira quinzenal de Memória-Espite", considerando que os feirantes têm sido abordados pela União das Freguesias de Colmeias e Memória, do Concelho de Leiria, quanto a novo local que pretende definir para a feira, uma vez que entende que se trata de património cultural da Freguesia de Espite. --------- Tomou a palavra o **Senhor Presidente**, que apresentou a seguinte proposta: "A tradicional feira dos 9/24 da Memória, é um certame emblemático da freguesia de Espite que vem sendo realizada nesta localidade, desde o século XIX (registos de 1811). Os feirantes sempre realizaram a feira dentro dos limites da freguesia, sendo por isso reconhecida por todos como património cultural desta nossa freguesia.--------- Com o tempo e por força dos ajustamentos territoriais, parte dessa feira passou a realizar-se na berma da Estrada Nacional 350, o que tem causado algumas dúvidas e transtornos que não devem ser mais protelados. --------- Conhecemos os recentes relatos de tentativa para a mudança da feira, deslocando-a para outra freguesia, fora dos limites do nosso concelho e distrito, que de todo não aceitamos e merece a nossa condenação.--------- No intuito de esclarecer esta situação, com base no diálogo e na cordialidade institucional, solicitamos, com a maior urgência possível, o agendamento de uma reunião com a junta de freguesia de Espite e com a União das freguesias de Memória e Colmeias para esclarecer toda a situação."---------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCORDAR COM A PROPOSTA DO **SENHOR PRESIDENTE** E AGENDAR A REUNIÃO REFERIDA. ----OOXXXOO 000 ESPETÁCULO MUSICAL "OURÉM TEM TALENTO" -----= PROPOSTA DE NORMAS DE PARTICIPAÇÃO = --------- Foi apresentada a informação, datada de 09 de julho em curso, do Gabinete de Apoio à Vereação, a deixar à consideração superior as normas de participação no espetáculo supra mencionado. ----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS NORMAS DE PARTICIPAÇÃO NO ESPETÁCULO MUSICAL "OURÉM TEM

TALENTO", CONSTANTES DA CITADA INFORMAÇÃO.-----



> 000 000

ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DOS TOUCINHOS-----

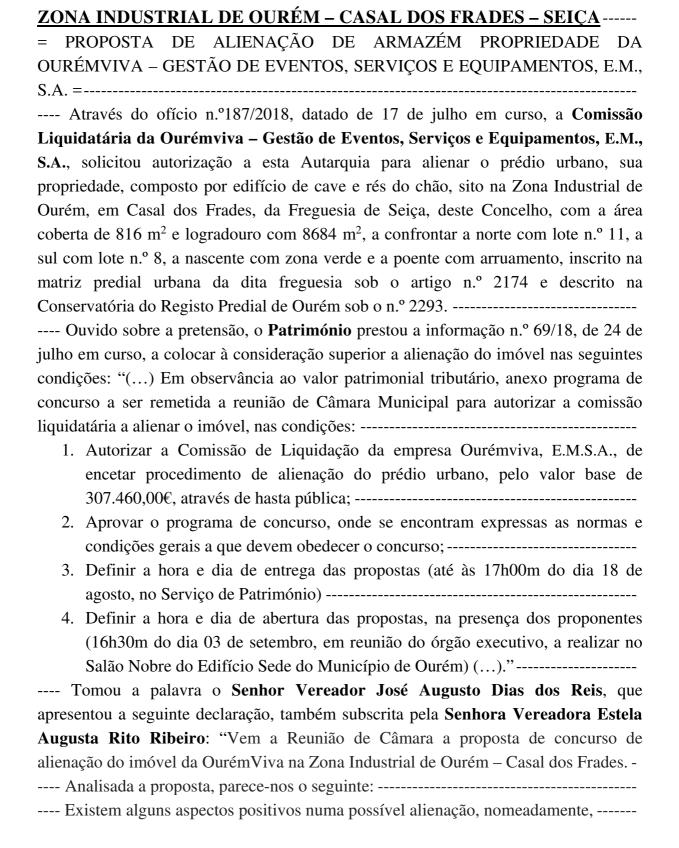
= PROPOSTA DE PROTOCOLO = ---------- Na reunião de 15 de setembro de 2017, em face do ofício n.º 54, de 04 de julho de 2017, da Freguesia de Alburitel, a solicitar o apoio desta Autarquia à associação designada em título, através da comparticipação nas despesas de construção de vedação do alpendre anexo ao seu edifício sede, a Câmara deliberou atribuir para o efeito, à citada associação, a verba de 5.000,00€. --------- Posteriormente na reunião de 04 de dezembro de 2017, a Câmara deliberou revogar aquela deliberação e incumbir a Divisão de Gestão Financeira de elaborar protocolo com vista à atribuição do apoio financeiro em causa. ---------- Em cumprimento dessa deliberação, o Chefe da Divisão de Gestão Financeira prestou a sua informação n.º 69/18, datada de 03 do corrente mês, a anexar proposta de texto de protocolo a celebrar com a Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos, que visa a atribuição de um apoio financeiro, até ao montante de 5.000,00€, como comparticipação nas despesas decorrentes das obras de vedação do alpendre contíguo ao edifício da associação.----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS TERMOS DO PROTOCOLO A CELEBRAR, CONSTANTE DO ANEXO V DA

PRESENTE ATA.-----



ooxxxoo

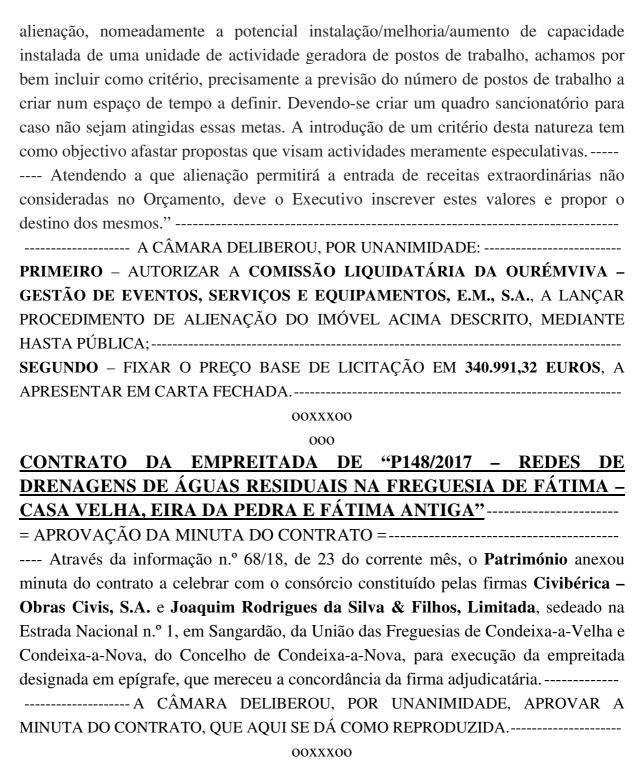
000





- Aparecimento de um proponente interessado que poderá potenciar a criação de uma empresa, melhorar ou aumentar a capacidade instalada o que poderá traduzir-se numa potencial criação ou aumento de Postos de Trabalho; ------ A alienação a terceiros e se no caso for a uma entidade privada, significará Receitas a favor do Município em sede de IMT no imediato e IMI ao longo dos exercícios fiscais seguintes;------ Partindo do pressuposto que o Activo em questão não é estratégico para o Município, a sua alienação permitirá a entrada de importantes Receitas Extraordinárias. --------- Por outro lado, encontramos alguns aspectos que carecem de observações e alterações nas condições propostas. --------- Ora para iniciar, tecnicamente temos aqui um problema. A proposta vai no sentido de ser dada ao preço base da proposta o valor patrimonial tributário - 307.460 euros. Ora em termos concretos o valor patrimonial do imóvel para efeitos de tributação é o VPA (Valor Patrimonial Actualizado - que resulta da actualização do valor do VPT, normalmente reavaliado 3 em 3 anos), cujo valor ascende a 340.991,92 euros. É sempre sobre este valor que é calculado o IMI e IMT (no caso de uma alienação menor ou igual ao valor de venda) a pagar. Portanto, na nossa opinião o preço base terá que ser o VPA e não o VPT. Inclusivamente, entre a proposta do Executivo camarária e da comissão liquidatária da OurémViva, existe esta divergência, pois o ofício 187/2018 destes aponta para os 340.991,92 euros (VPA). --------- Por outro lado, interessava conhecer qual o valor escriturado deste imóvel nas contas da OurémViva. Também temos interesse em conhecer o valor escriturado inicial e as respectivas depreciações (contabilísticas), bem como eventuais beneficiações a que o imóvel foi sujeito, aumentando o seu valor. --------- Também achávamos que seria importante haver um relatório de avaliação por um avaliador certificado para que possamos ter melhor conhecimento do real valor de mercado. --------- Relativamente a outros aspectos do concurso extra-preços, consideramos que para melhorar a transparência do Concurso e para poder haver a oportunidade do aparecimento do maior número possível de propostas, consideramos que o prazo para entrega das propostas é demasiado curto, apenas 17 dias depois de autorizado. Neste ponto em concreto, mais uma falha... no corpo da proposta está escrito o dia 18/08, enquanto que no Edital e no Programa do Concurso está a data de 17/08. ---------- Analisando o artº 6º sobre o critério de adjudicação da alienação, cujo único critério é a proposta economicamente mais vantajosa, consideramos que até para a satisfação de um dos pressupostos que defendemos nos aspectos positivos da

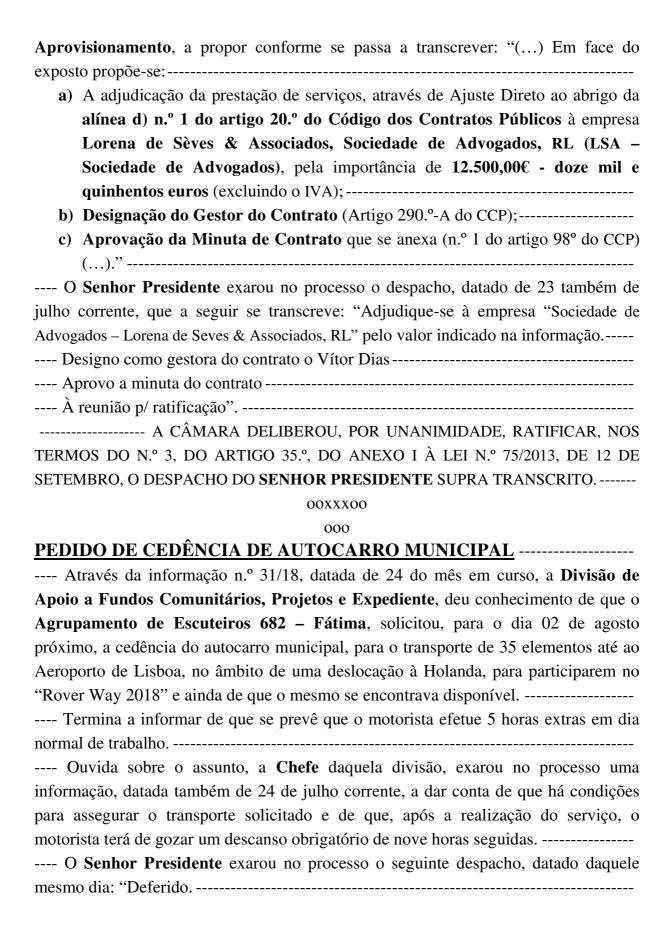


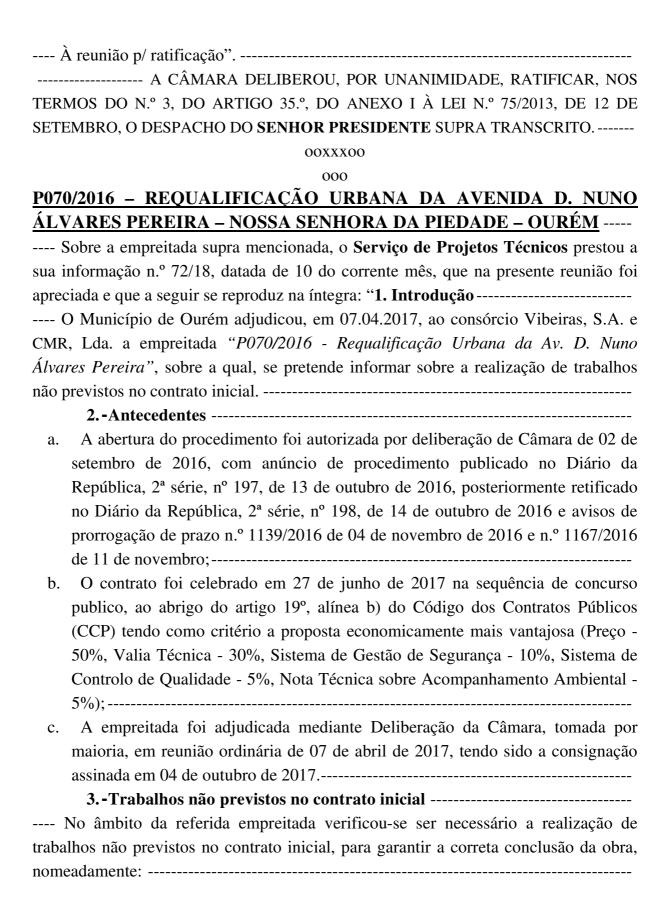


000

<u>P059/2018 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA</u> <u>JURÍDICA DURANTE UM ANO – AVENÇA</u> ------

---- Relativamente ao procedimento designado em epígrafe, foi apresentada a informação n.º 326/18, datada de 17 do mês em curso, da **Contratação Pública e**







- -Alteração do traçado da rede de abastecimento de água (troços 5 a 8): Está previsto em projeto, a execução da rede de abastecimento de água em zona de passeio e estacionamento. Nos troços 5 a 8, a fiscalização refere a existência de um enorme aglomerado de infraestruturas enterradas, pelo que, a rede de abastecimento de água tem de ser relocalizada implicando também, o redimensionamento da rede.-------
- - -Geo-grelha de reforço do asfalto: na sequência dos trabalhos de suprimentos de erros e omissões aprovados por Deliberação de Câmara de 04.06.2018, não foram executadas as atividades previstas no contrato 4.3 Fornecimento e colocação de Geo-grelha com geo têxtil, para reforço do asfalto, do tipo "ARMATEX G 55/55" ou equivalente. -----
 - -Redimensionamento da conduta (troços 5 a 8): na sequência dos trabalhos a mais de alteração do traçado da rede de abastecimento de água e do respetivo redimensionamento, não será executada parte da atividade prevista no contrato 9.2.2 Conduta em PVC DN 125 PN10. -



a. Para efeitos de verificação dos limites impostos pelo CCP, obtiveram-se os seguintes valores: -----

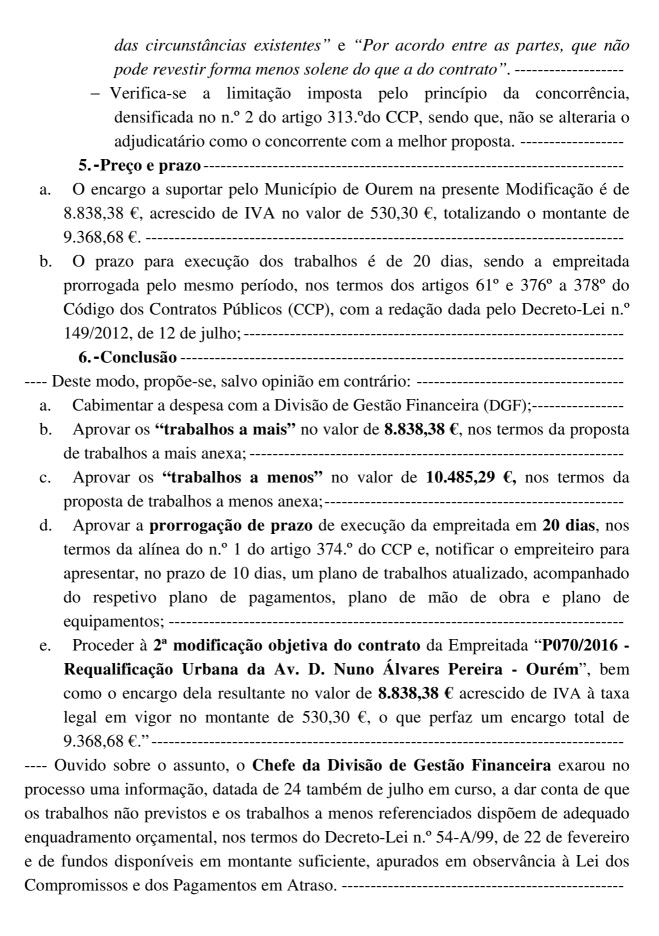
Valores	Trabalhos a Mais	Trabalhos de Sur e Om	primento de Erros issões	Trabalhos a Menos	Valor da Modificação	Despesa CMO		Preço contratual corrigido (Art.379° CCP)	
	iviais	0,50	1,00	Wichos	Wiodificação				
Modificação 11			90 885,00 €		90 885,00 €	90 885,00 €	4,43%	2 050 752,90 €	
Modificação 2	8 838,38 €			-10 485,29 €	-1 646,91 €	8 838,38 €	0,43%	2 040 267,61 €	
TOTAL	8 838,38 €	0,00€	90 885,00 €	-10 485,29 €	89 238,09 €	99 723,38 €			

¹ Trabalhos aprovados por Deliberação de Câmara de 04.06.2018.

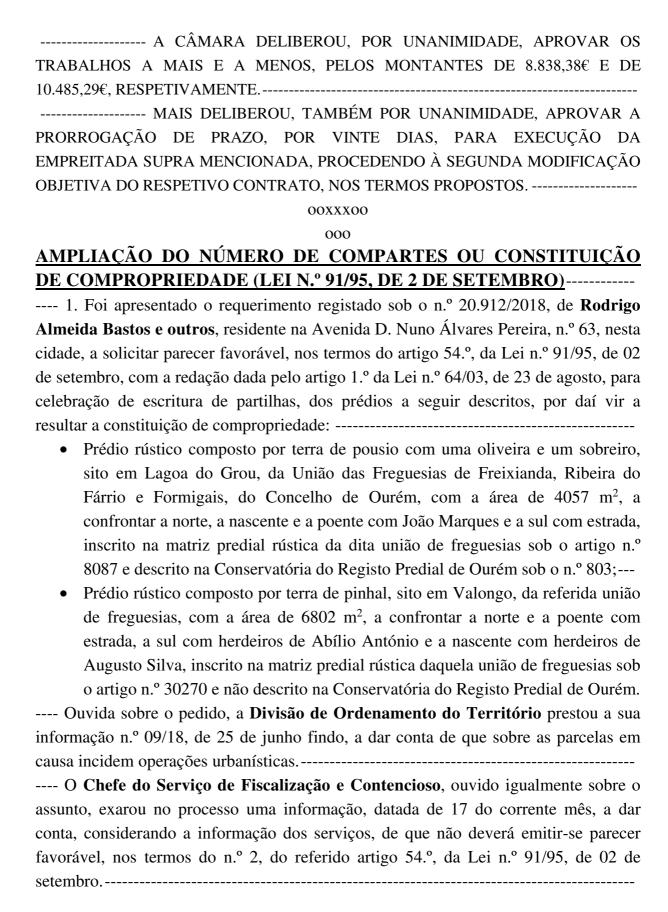
	Valores por Modificação					Valores acumulados								
Verificação de Limites Legais	TMAIS (Verificação Art 370° CCP)		TSEO (Verificação Art 376° CCP)		TMENOS (Verificação Art 381° CCP)		TMAIS (Verificação Art 370° CCP)		TSEO (Verificação Art 376° CCP)		TMENOS (Verificação Art 381° CCP)		Todas as Modificações (Verificação Art 315° CCP)	
Modificação 1			90 885,00 €	4,43%					90 885,00 €	4,43%			90 885,00 €	4,43%
Modificação 2	8 838,38 €	0,43%			10 485,29 €	0,51%	8 838,38 €	0,43%			10 485,29 €	0,51%	110 208,67 €	5,37%
TOTAL	8 838,38 €		90 885,00 €		10 485,29 €		< 40%		< 5% ou 10%		< 20%		< 15%	

---- Pelo que, se conclui: -----

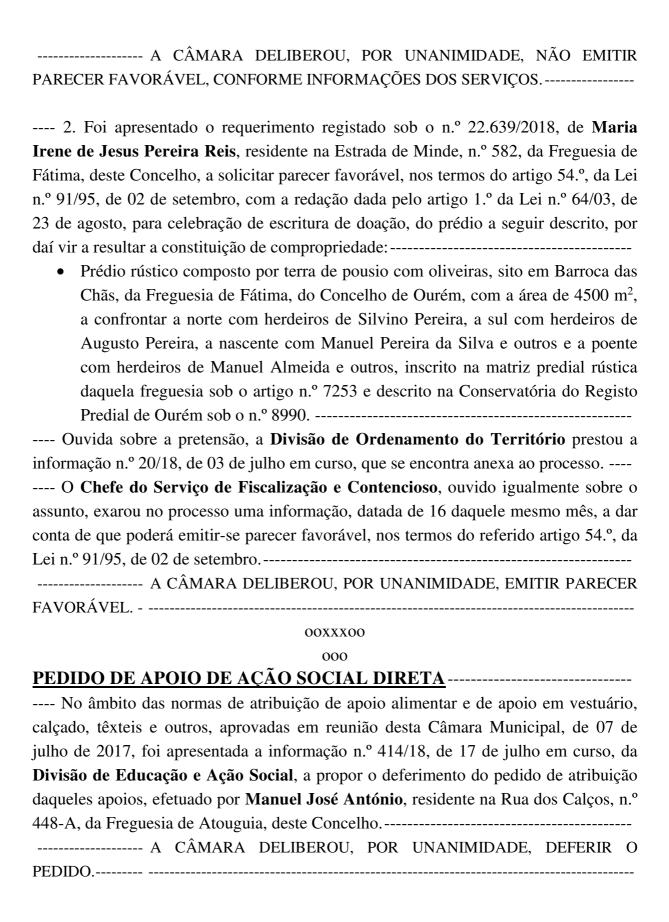
- O preço dos "trabalhos a menos" apurados até à data totaliza o montante de 10.485,29 €, que corresponde a 0,51 % do preço contratual, verificando-se assim, o limite de 20 % imposto pelo n.º1 do artigo 381º do CCP, não tendo o empreiteiro direito a qualquer indemnização pela supressão destes trabalhos.-------
- O valor acumulado da totalidade das modificações objetivas dos contratos existentes na presente empreitada corresponde a 5,37 % do preço contratual, sendo, por isso, inferior ao limite de 15% imposto pelo artigo 315° do CCP, pelo que não é obrigatória a publicitação no portal dos contratos públicos; ------
- b. No que respeita à modificação objetiva do contrato: -----
 - Verifica-se a alínea b) do artigo 312° e alínea a) do artigo 311° todos do
 CCP, sendo que, o contrato pode ser modificado "Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação







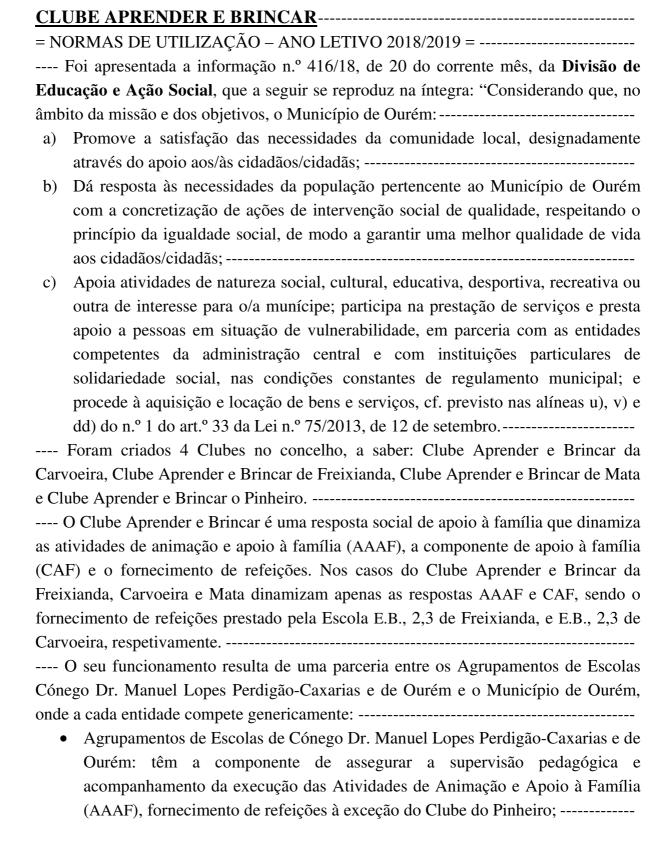


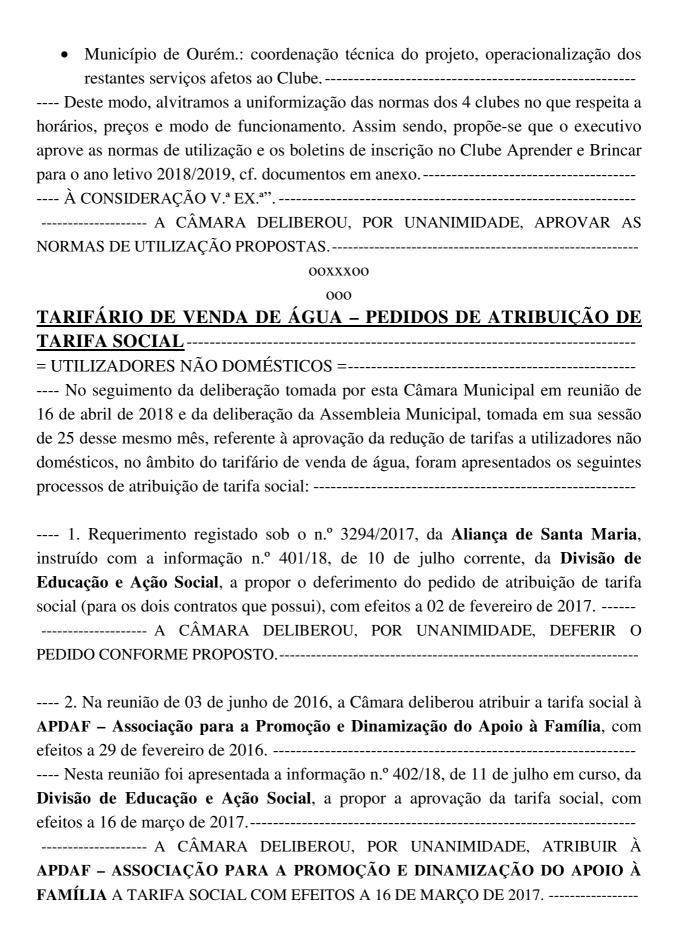




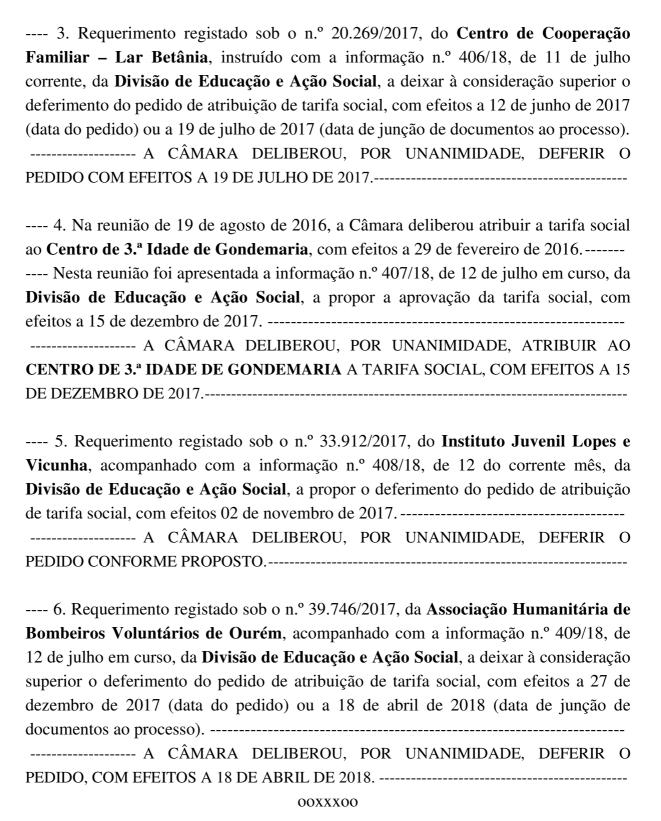
OOXXXOO

000



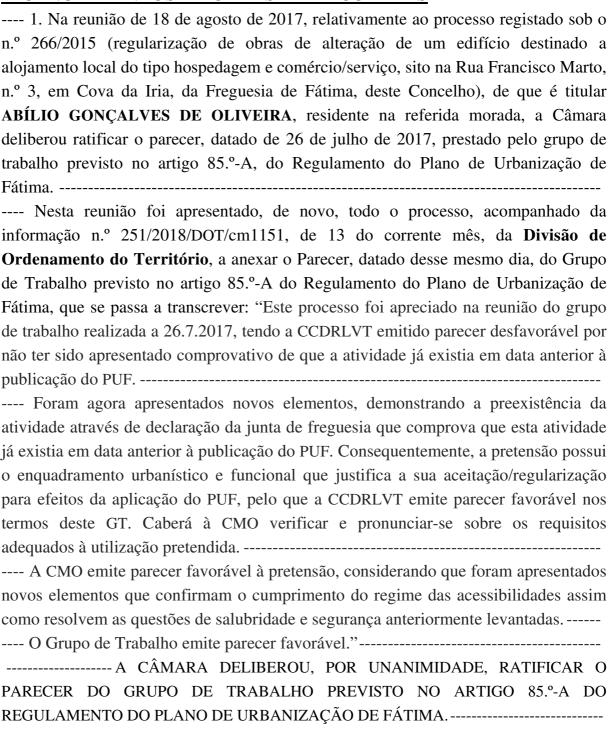






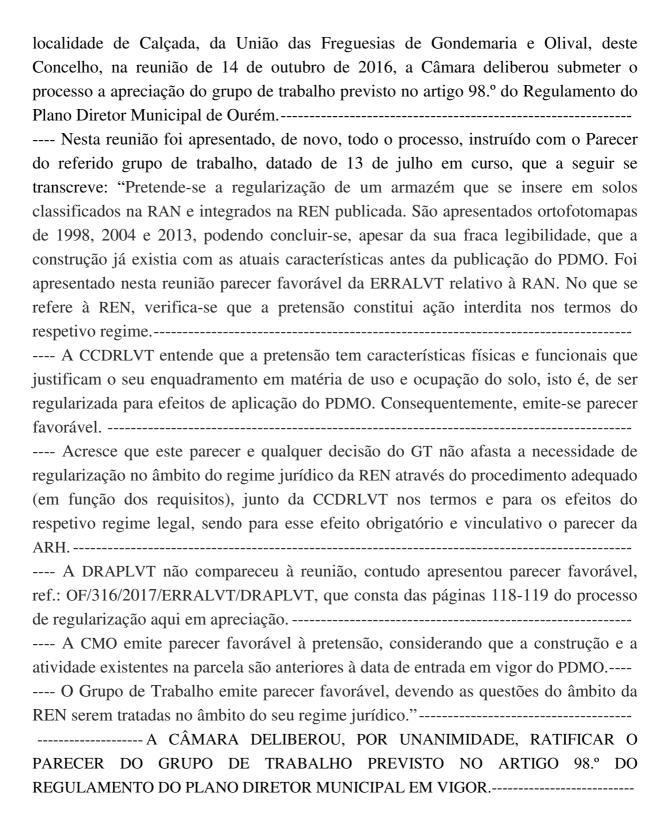


LICENCIAMENTOS DE OBRAS PARTICULARES-----



---- 2. Relativamente ao processo registado sob o n.º 95/2016, de NELSON FERNANDO PEREIRA VICENTE, residente na Praceta Francisco Matos Antunes Paisana, n.º 158, rés do chão direito, nesta cidade, a requerer licença para proceder à alteração de um armazém de materiais de construção, que possui no Beco do Viso, na

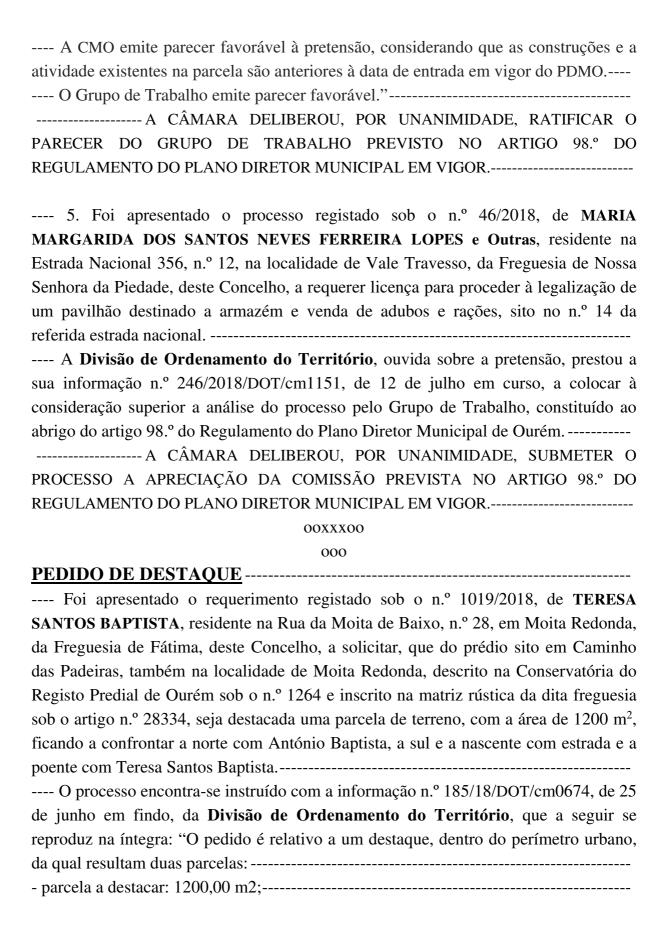


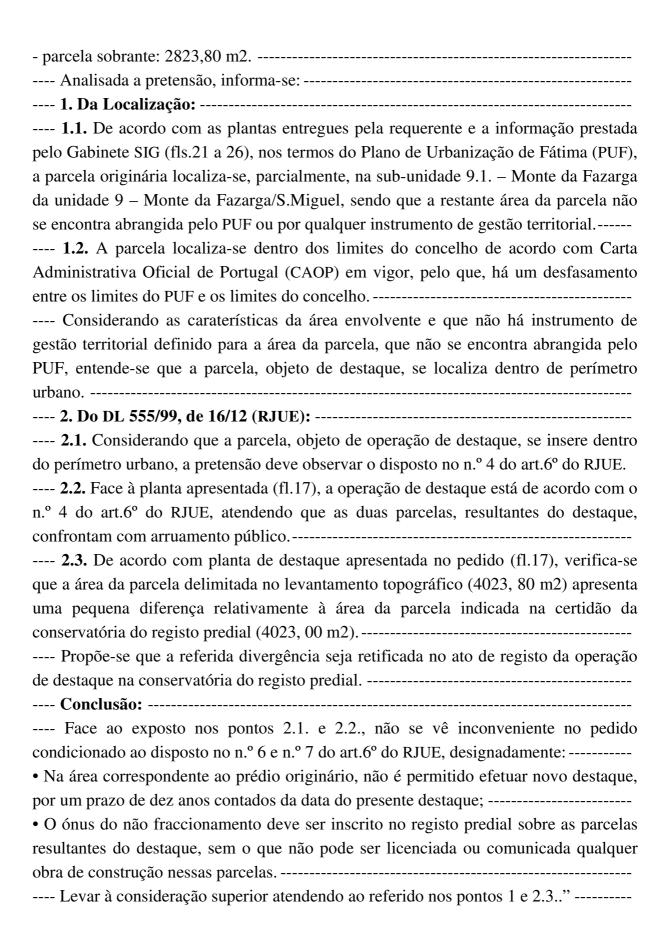


---- 3. Relativamente ao processo registado sob o n.º 173/2016, de que são titulares ABÍLIO DAS NEVES PEREIRA LAINS e MARIA OLINDA REIS DOS SANTOS LAINS, residentes na Rua dos Casanhos, n.º 40, em Moita Redonda, da Freguesia de

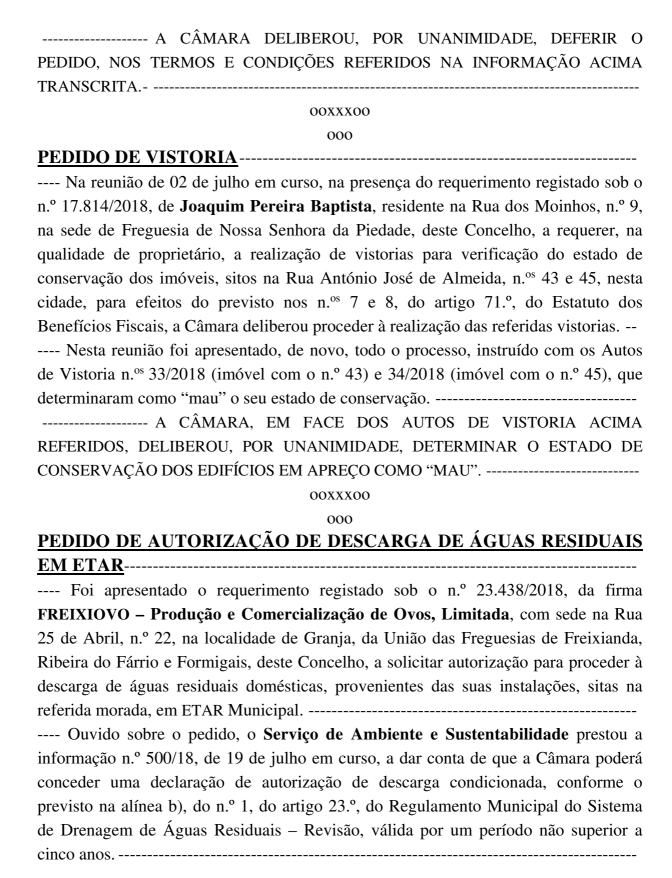


Fátima, deste Concelho, a requererem licença para procederem à regularização das obras de alteração e ampliação levadas a efeito em edifício industrial de fabrico de cerâmica decorativa e religiosa, sito na Rua do Moinho Velho, na referida localidade de Moita Redonda, bem como a regularização de muros de vedação, na reunião de 01 de setembro de 2017, a Câmara deliberou submeter o processo a apreciação do grupo de trabalho previsto no artigo 85.º-A do Plano de Urbanização de Fátima. ---------- Nesta reunião foi apresentado, de novo, todo o processo, instruído com o Parecer do referido grupo de trabalho, datado de 13 de julho em curso, que a seguir se transcreve: "Pretende-se a regularização de um estabelecimento industrial de cerâmica (decorativa, religiosa), localizado em aglomerado urbano consolidado, não havendo afetação de servidões e restrições de utilidade pública. Foi apresentada declaração da junta de freguesia atestando a preexistência da atividade, bem como ortofotomapas datados de 1998 e 2004 confirmando que a construção já existia em data anterior à publicação do PUF. A CCDRLVT emite parecer favorável.--------- A CMO emite parecer favorável à pretensão, considerando que as construções e a atividade existentes na parcela são anteriores à data de entrada em vigor do PUF.--------- O Grupo de Trabalho emite parecer favorável."----------- A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O PARECER DO GRUPO DE TRABALHO PREVISTO NO ARTIGO 85.º-A DO REGULAMENTO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DE FÁTIMA EM VIGOR. -----

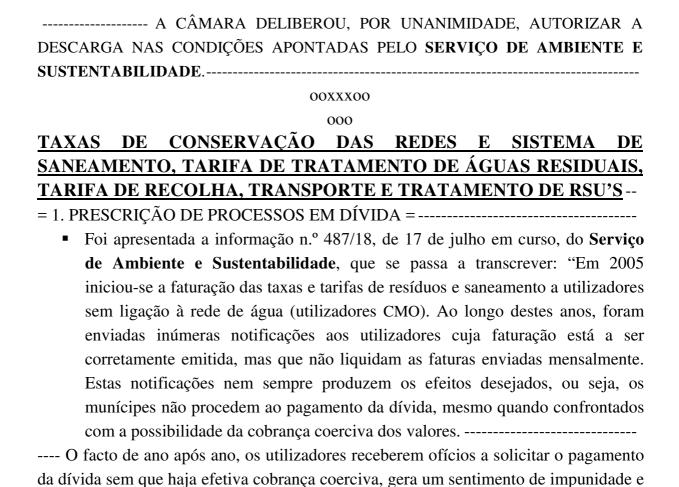












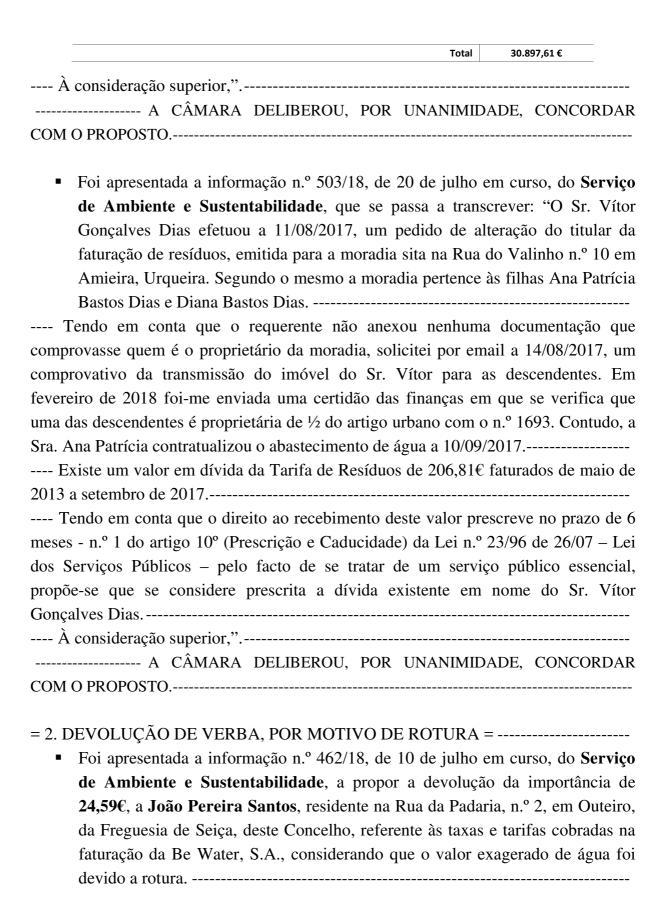
provoca a desigualdade entre cidadãos. Mais ainda quando, o direito ao recebimento

Instalação n.º	Registo SGD n.º	Nome	Valor em dívida até janeiro 2018
78817	23332/12	ALBURIMETAL SOC. METALURGICA LDA	1.444,40 €
1000938	23332/12	MOISES E JORGE COM. AUTOMOVEIS LDA	101,26€
1000950	23332/12	PEDRO FILIPE REIS SILVA	29,00€
158	7106/09	VITOR SIMOES HENRIQUES	604,31 €

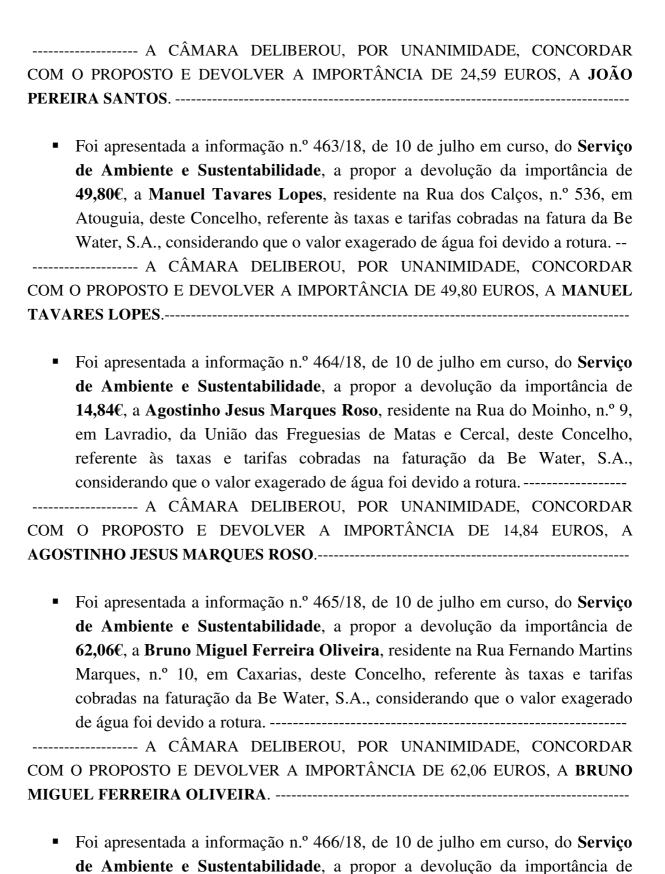


3292 1000976 1000968 1000965 62136	3704/13	LUIS MARTINS VICENTE	
1000968 1000965 62136			489,53 €
1000965 62136	23332/12	CAXARICOR TRANSF ALUMINIOS CAXARIAS LDA	61,70 €
62136	23332/12	DETI DEPOS. EUROPEU TRANS. IMOBIL. LDA	133,02€
	23332/12	JOAO PEREIRA DIAMANTINO	1.352,20 €
	2733/13	MANUEL BEXIGA OLIVEIRA	1.159,29 €
1000934	23332/12	ROGERIO EMANUEL VICENTE LOPES FERRAZ	1.468,41 €
69	3330/09	IRIA SANTOS	607,15 €
827	3584/14	MANUEL DUARTE PEREIRA	528,44 €
2164	21520/10	VASCO MANUEL GOMES	218,70 €
779	6244/12	NATIVIDADE DE JESUS	1.572,54 €
506	5395/13	ANTONIO LOPES MARTINS	1.274,94 €
658	10671/12	MANUEL ROSA DUARTE	1.575,49 €
1299	9946/15	FERNANDO MANUEL MARQUES LOPES	222,12€
1319	17066/14	FERNANDO BATISTA SOUSA	613,75€
1329	17120/14	RUI JESUS VICENTE	613,75 €
1225	17220/14	ANTONIO RIBEIRO MARQUES	136,38€
1335	17328/14	FERNANDA OLIVEIRA RIBEIRO	102,11 €
1352	17309/14	CARMA MANUELA NEVES LOPES	610,07€
70316	17184/14	JOSE SILVA FERREIRA	560,89€
1364	14083/15	DIAMANTINO SOUSA MARQUES PEREIRA	519,59€
1398	9884/15	ARMANDO PEREIRA MARQUES	613,36€
1497	10267/10	JOSE ANTONIO PEREIRA COELHO	636,14 €
Instalação n.º Re	egisto SGD n.º	Nome	Valor em dívida até
1494	11819/07	MARIO FERREIRA MARTINS	janeiro 2018 535,88€
1502	15291/15	ALFREDO CONCEICAO FERREIRA	614,52 €
412	4362/09	AUGUSTO ANJOS FERREIRA	607,15 €
2309	14674/14	MANUEL ANTONIO PURIFICACAO GIL	·
2303		WANGE ANTONIO I ONI ICACAO GIE	
2322		MANUEL REIS SOUSA	294,18 €
2322	15227/14	MANUEL REIS SOUSA ALEREDO ROSA GONCALVES	21,65 €
2383	15527/14	ALFREDO ROSA GONCALVES	21,65 € 17,33 €
2383 2409	15527/14 16096/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO	21,65 € 17,33 € 558,98 €
2383 2409 2469	15527/14 16096/14 10308/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 €
2383 2409 2469 2739	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 €
2383 2409 2469 2739 2761	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891 401099	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14 20127/12	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO HENRIQUE MANUEL FARIA SILVA	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 € 609,95 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891 401099	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14 20127/12	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO HENRIQUE MANUEL FARIA SILVA GRACINDA DIAS MARQUES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 € 609,95 € 420,09 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891 401099 61406 1136	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14 20127/12 6020/09	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO HENRIQUE MANUEL FARIA SILVA GRACINDA DIAS MARQUES JOSE MARQUES FRANCISCO	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 € 609,95 € 420,09 € 186,71 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891 401099 61406 1136 1179	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14 20127/12 6020/09 18991/13 20800/13	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO HENRIQUE MANUEL FARIA SILVA GRACINDA DIAS MARQUES JOSE MARQUES FRANCISCO RUI NEVES BENTO	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 € 609,95 € 420,09 € 186,71 € 606,37 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891 401099 61406 1136 1179 1286	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14 20127/12 6020/09 18991/13 20800/13 18585/13	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO HENRIQUE MANUEL FARIA SILVA GRACINDA DIAS MARQUES JOSE MARQUES FRANCISCO RUI NEVES BENTO JOAQUIM OLIVEIRA MARQUES	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 € 609,95 € 420,09 € 186,71 € 606,37 € 611,83 €
2383 2409 2469 2739 2761 2933 3013 3038 1705 1751 1771 1874 1891 401099 61406 1136 1179	15527/14 16096/14 10308/14 3267/13 3258/13 3255/13 9492/14 9481/14 1710/14 1609/14 2383/14 445/14 1039/14 20127/12 6020/09 18991/13 20800/13	ALFREDO ROSA GONCALVES ABEL EUGENIO ANTONIO FERNANDA NEVES ROSA JOSE FILIPE PEREIRA MOLEIRO FILIPE MARQUES RODRIGUES JOSE DIAS OLIVEIRA JOSE LUIS FARIA LOPES ANTONIO VIEIRA BATISTA JOAQUIM LOPES ANTUNES FRANCISCO LOPES GASPAR MANUEL SOUSA MARQUES JORGE MANUEL MARQUES ALMEIDA MANUEL RIBEIRO GONCALVES ELVIRA JESUS BENTO HENRIQUE MANUEL FARIA SILVA GRACINDA DIAS MARQUES JOSE MARQUES FRANCISCO RUI NEVES BENTO	21,65 € 17,33 € 558,98 € 1.580,09 € 612,97 € 557,13 € 276,30 € 401,89 € 612,97 € 611,83 € 324,47 € 611,83 € 13,01 € 591,20 € 1.411,50 € 609,95 € 420,09 € 186,71 € 606,37 €



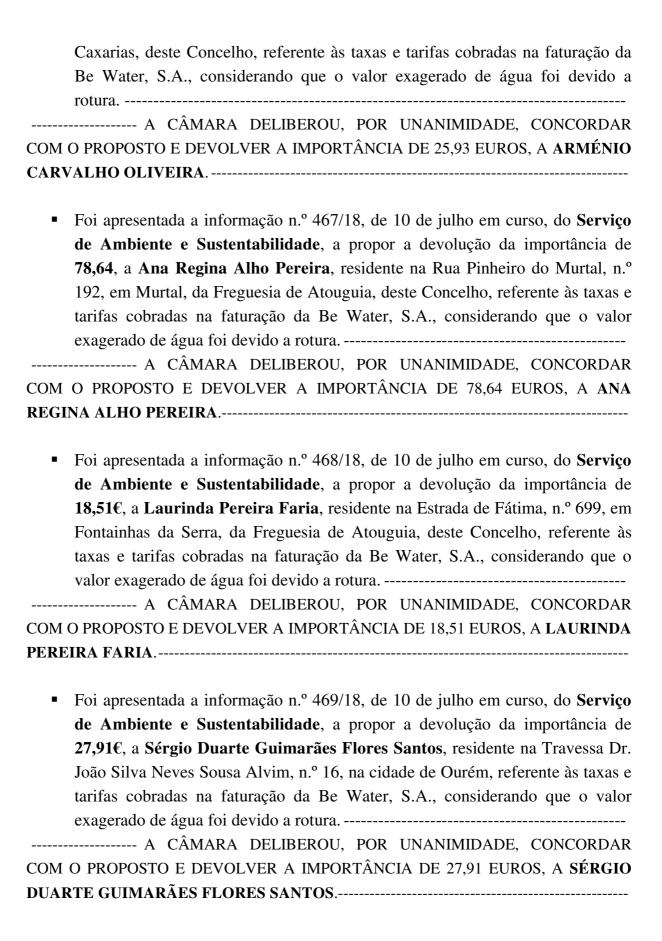






25,93€, a Arménio Carvalho Oliveira, residente na Rua dos Pisões, n.º 87, em

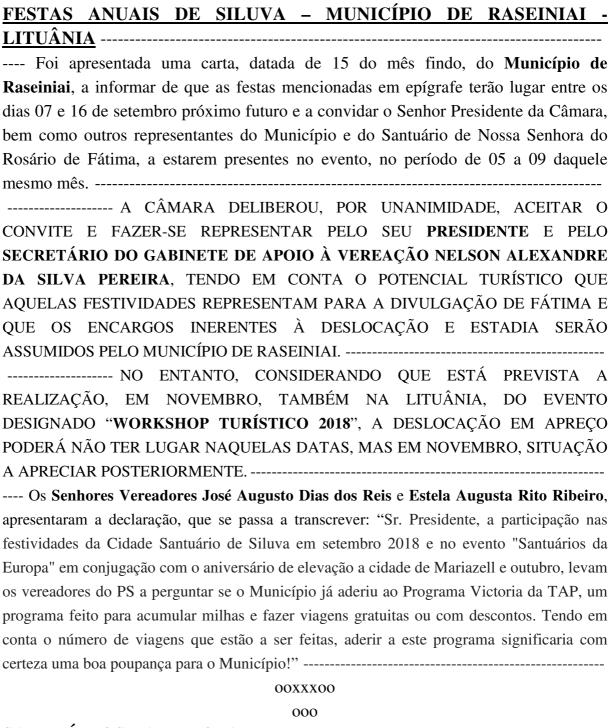






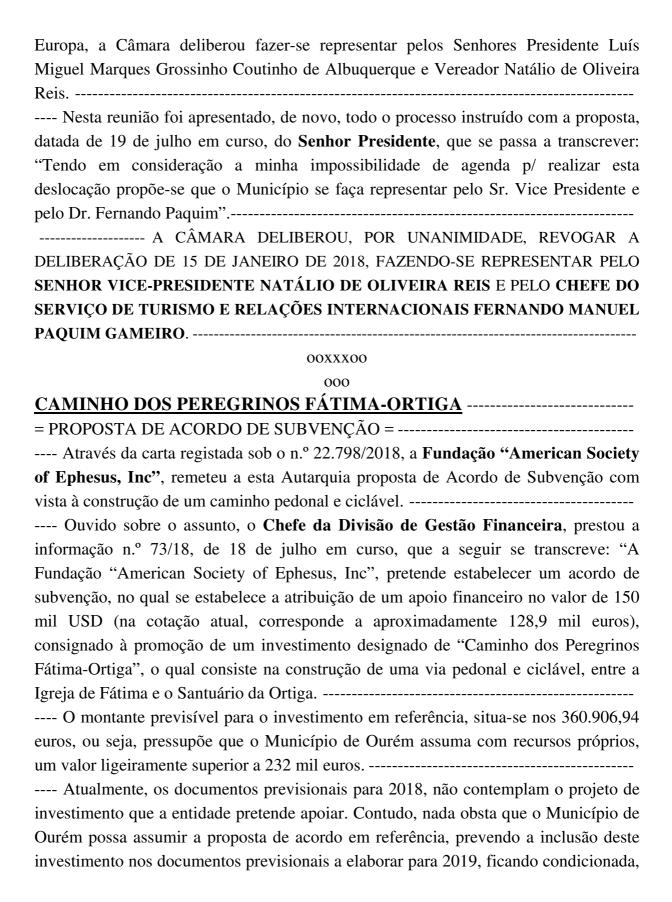
ooxxxoo

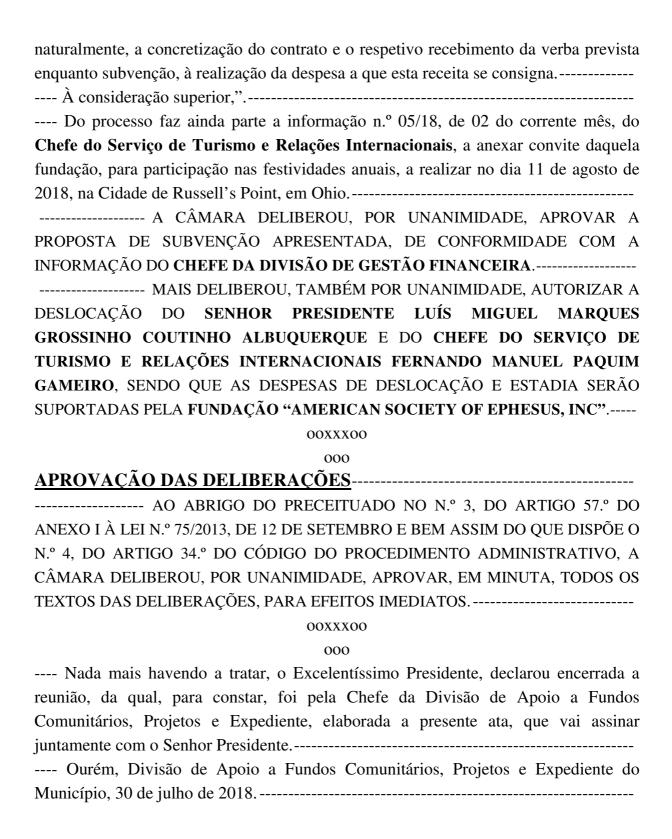
000



SANTUÁRIOS DA EUROPA -----

---- Na reunião de 15 de janeiro de 2018, no seguimento do convite do **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mariazell** (Áustria), para uma sessão de trabalho a realizar em outubro de 2018, naquela cidade, no âmbito dos Santuários da







O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS, PROJETOS E EXPEDIENTE,



ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 30/07/2018

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

1. PRESIDÊNCIA

1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2018.07.16;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos;
- = Aprovação de atas Reunião de Câmara de 16 de julho de 2018.

1.2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

- = Proposta de Código de Conduta da Câmara Municipal de Ourém Informação n.º 10/18, sem data, do Senhor Adjunto Luís Serras de Sousa;
- = Feira quinzenal Espite Carta enviada por correio eletrónica no dia 17 de julho em curso, pela Freguesia de Espite.

1.3. GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

= Espetáculo musical "Ourém tem talento" – Proposta de normas de participação – Informação, datada de 09 de julho em curso, do Gabinete de Apoio à Vereação.

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos Proposta de protocolo Informação n.º 69/18, datada de 03 do corrente mês, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira;
- = Zona Industrial de Ourém Casal dos Frades Seiça Proposta de alienação de armazém propriedade da Ourémviva Gestão de Eventos, Serviços e Equipamentos, E.M., S.A.;
- = Contrato da empreitada de "P148/2017 Redes de drenagem de águas residuais na Freguesia de Fátima Casa Velha, Eira da Pedra e Fátima Antiga" Aprovação da minuta do contrato;
- = P059/2018 Prestação de serviços de consultoria jurídica durante um ano Avença Informação n.º 326/18, de 17 do mês em curso, da Contratação Pública e Aprovisionamento.

3. DIVISÃO DE APOIO A FUNDOS COMUNITÁRIOS, PROJETOS E EXPEDIENTE

= Pedido de cedência de autocarro municipal – Informação de 31/18, de 24 de julho corrente, da Divisão de Apoio a Fundos Comunitários, Projetos e Expediente.

3.1. SERVIÇO DE PROJETOS TÉCNICOS

= P070/2016 – Requalificação Urbana da Avenida D. Nuno Álvares Pereira – Nossa Senhora da Piedade – Ourém – Trabalhos a Mais e a Menos – Informação n.º 72/18, de 10 do corrente mês, do Serviço de Projetos Técnicos.



3.2. SECÇÃO DE EXPEDIENTE, ARQUIVO E REPROGRAFIA

- = Ampliação do número de compartes ou constituição de compropriedade:
 - 1. Requerimento registado sob o n.º 20.912/2018, de Rodrigo Almeida Bastos e outros, sobre prédios sitos na União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais;
 - 2. Requerimento registado sob o n.º 22.639/2018, de Maria Irene de Jesus Pereira Reis, sobre prédio sito em Barrocas das Chãs, da Freguesia de Fátima.

4. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

- = Pedido de Apoio de Ação Social Direta Informação n.º 414/18, de 17 de julho em curso, da Divisão de Educação e Ação Social (DEAS);
- = Clube Aprender e Brincar Normas de utilização Ano letivo 2018/2019 Informação n.º 416/18, de 20 do corrente mês, da DEAS;
- = Tarifário de venda de água Atribuição de tarifa social Utilizadores não domésticos:
 - 1. Informação n.º 401/18, de 10 de julho em curso, da DEAS;
 - 2. Informação n.º 402/18, de 11 de julho em curso, da DEAS;
 - 3. Informação n.º 406/18, de 11 de julho em curso, da DEAS;
 - 4. Informação n.º 407/18, de 12 de julho em curso, da DEAS;
 - 5. Informação n.º 408/18, de 12 de julho em curso, da DEAS;
 - 6. Informação n.º 409/18, de 12 de julho em curso, da DEAS.

5. DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- = Licenciamentos de obras particulares:
 - 1. Processo registado sob o n.º 266/2015, de Abílio Gonçalves de Oliveira, instruído com a informação n.º 251/2018/DOT/cm1151, de 13 de julho em curso, da Divisão de Ordenamento do Território (DOT);
 - 2. Processo registado sob o n.º 95/2016, de Nelson Fernando Pereira, instruído com a informação n.º 248/2018/DOT/cm1151, de 13 de julho em curso, da DOT;
 - 3. Processo registado sob o n.º 173/2016, de Abílio das Neves Pereira Lains e Maria Olinda dos Santos Lains, instruído com a informação n.º 250/2018/DOT/cm1151, de 13 de julho em curso, da DOT;
 - 4. Processo registado sob o n.º 303/2016, da firma Celeiro do Moleiro, Limitada, instruído com a informação n.º 249/2018/DOT/cm1151, de 13 de julho em curso, da DOT;
 - 5. Processo registado sob o n.º 46/2018, de Maria Margarida dos Santos Neves Ferreira Lopes e outras, instruído com a informação n.º 246/2018/DOT/cm1151, de 12 de julho em curso, da DOT;
- = Pedido de destaque Processo registado sob o n.º 170/2018, de Teresa Santos Baptista, instruído com a informação n.º 185/18/DOT/cm0674, de 25 de junho findo, da então DOT;
- = Pedido de vistoria Requerimento registado sob o n.º 17.814/2018, de Joaquim Pereira Baptista, instruído com os Autos de Vistoria n.ºs 33/2018 e 34/2018, datados de 18 de julho em curso.

6. SERVIÇO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Pedido de autorização de descarga de águas residuais em ETAR Requerimento registado sob o n.º 23.438/2018, da firma Freixiovo Produção e Comercialização de Ovos, Limitada;
- = Taxas de conservação das redes e sistema de saneamento, tarifa de tratamento de águas residuais, tarifa de recolha, transporte e tratamento de RSU's:
 - 1. Prescrição de processos em dívida:



- Informação n.º 487/18, datada de 17 de julho em curso, do Serviço de Ambiente e Sustentabilidade (SAS);
- Informação n.º 503/18, datada de 20 de julho em curso, do SAS;
- 2. Devolução de verba, por motivo de rotura:
 - Informação n.º 462/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 463/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 464/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 465/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 466/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 467/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 468/18, de 10 de julho em curso, do SAS;
 - Informação n.º 469/18, de 10 de julho em curso, do SAS.

7. SERVIÇO DE TURISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

- = Festas anuais de Siluva Município de Raseiniai Lituânia Carta, datada de 15 de junho findo, do Município de Raseiniai;
- = Santuários da Europa Processo registado sob o n.º 260/2018, do Município de Mariazell (Áustria);
- = Caminho dos peregrinos Fátima-Ortiga Proposta de acordo de subvenção Carta registada sob o n.º 22.798/2018, da Fundação "American Society of Ephesus, Inc".

Câmara Municipal de Ourém, 25 de julho de 2018

O Presidente da Câmara

Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho Albuquerque



DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 16-07-2018 a 27-07-2018

Processo nº	Requerente	Local		
1095/2018	Adelina Rodrigues dos Santos	Travessa da Eira – Freguesia de Espite		
1229/2018	Carlos Ribeiro Nunes	Rua Júlio Redol, nº 2 - Freguesia de Caxarias		
1243/2018	Congregação Cristã em Portugal	Rua do Monreal – Casal Castanheiro - Freguesia de nossa Senhora da Piedade		
1089/2018	Daniel Pereira Rito	Avenida Beato Nuno – Cova da Iria - Freguesia de Fátima		
1112/2018	José Maria Botelho Leitão	Ramalheira, nº 4 – da União das Freguesias da Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais		
1210/2018	Manuel Marques Gomes	Cumeada - Freixianda - da União das Freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais		
1230/2018	Maria de Lurdes Sousa Nunes Lopes	Rua do Carvalhal, n.º 19 – Soutaria - da União das Freguesias de Gondemaria e Olival		
1094//2018	Maria José Lopes Oliveira Santos	Rua das Flores, n.º 39 - Casal Domingos João - da União das Freguesias de Rio de Couros e Casal dos Bernardos		
1199/2018	Mondicassel, Lda.	Vale Vinte Mouros – Beltroa - Freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias		
1053/2018	Presarel – Sociedade de construções	Estrada da Moita, N.º 489 - Moita Redonda - Freguesia de Fátima		
1185/2018	Ribeiro & Filho, Lda.	Rua Francisco Marto – Cova da Iria - Freguesia de Fátima		
1161/2018	Silvino Vieira Cruz	Tomareis – Freguesia de Gondemaria e Olival		
123/02018	Tatiana Emanuel Abreu de Sousa	Camalhotes – Olival - da União das Freguesias de Gondemaria e Olival		
1133/2018	Verdasca & Verdasca	Portinho – Gondemaria – da União das Freguesias de Gondemaria e Olival		

Ourém, 30 de julho de 2018



SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 18/07/2018 a 28/07/2018

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento		
22566	Graciete Alves Duarte Rodrigues	Inumação de Cadáver		
23708	Comunidade Cristo Betânia	Licença de Ruído		
23986	Fábrica da Igreja da Paróquia da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias-Capela do casal Branco	Licença de Ruído		
24478	Fábrica da Igreja da Paróquia da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias-Capela do Caneiro	Licença de Ruído		
21879	João Pedro Rodrigues Letras	Vendedor de Mercado		
23875	Administração do Condomínio Encostas de Fátima	Inspeção Periódica do Elevador		
24310	Mendes & Romeiro, Lda	Inspeção Periódica do Elevador		
23641	Consolata Hotel, Lda	Inspeção Periódica do Elevador		
23463	Condomínio do Edifício João Paulo II 8/9	Inspeção Periódica do Elevador		
23345	Câmara Municipal de Ourém	Inspeção Periódica do Elevador		
24487	Associação Cultural Desportiva do Vale Travesso	Prova Desportiva		
24644	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Rio de Couros	Licença de Ruído		
24579	Freguesia de Espite	Licença de Ruído		
24473	Revela Cenário, Lda.	Licença de Ruído		
24887	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Licença de Ruído		
24810	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira	Licença de Ruído		
23358	Maria Edite Júlia da Luz Portinho	Inumação de cadáver		
22422 Gonçalo Miguel Aquino Oliveira		Vendedor de Mercado		



21879	João Pedro Rodrigues Letras	Vendedor de Mercado		
24111	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora da Piedade	Licença de Ruído		
24159	P Escola, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Soutaria	Licença de Ruído		
24353	Poliventis-Eventos e Turismo, Lda.	Licença de Ruído		
24046	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Urqueira	Licença de Ruído		
23807	Ass. Sociocultural e Recreativa e Ambiental das Matas	Licença de Ruído		
23729	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de Ruído		
25494	Fábrica da Igreja Paroquial de Espite	Licença de Ruído		
25189	Fábrica da Igreja Paroquial de Casal dos Bernardos	Licença de Ruído		
25228	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Nossa Senhora das Misericórdias	Licença de Ruído		
25498	Fábrica da Igreja Paroquial da freguesia de Espite	Licença de Ruído		
24262	Olinda dos Santos Batista Mendes	Concessão Terreno Cemitério		

Ourém, 30 de julho 2018

Vítor Manuel de Sousa Dias

Chefe do Serviço de Fiscalização e Contencioso



Código de Conduta da Câmara Municipal de Ourém

Preâmbulo

O Código de Conduta da Câmara Municipal de Ourém tem como objetivo primordial enquadrar os princípios estruturantes e os valores centrais num conjunto de regras éticas e deontológicas que se impõe à consciência coletiva, enquanto modelo comportamental na prossecução da missão e natureza atribuídas à atuação do município.

O baluarte desta atuação é a obediência às boas práticas administrativas por parte dos eleitos, dirigentes e trabalhadores que se encontram no estrito cumprimento do serviço e interesse público.

Objetivo sucedâneo é dotar a organização com uma linha de orientação ética compatível com a promoção da qualidade e da excelência da ação diária, e que culmina no reforço da identidade e da distinção da Câmara Municipal de Ourém.

O disposto no presente código é compatível e integrado com a aplicação das normas legais, gerais ou especiais, e, simultaneamente, considera e pondera os princípios e valores dos seguintes diplomas: Constituição da República Portuguesa; Código Europeu de Boa Conduta Administrativa; Código do Procedimento Administrativo; Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; Estatuto do Pessoal Dirigente.

Consideram-se, igualmente, os contributos vertidos, nomeadamente: na Resolução da Assembleia da República n.º 47/2007, da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, na Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, na Carta Ética — Dez Princípios para a Administração Pública, na Recomendação do Conselho da OCDE sobre a Melhoria da Conduta Ética no Serviço Público e na Recomendação do Conselho da OCDE sobre a Integridade Pública.

Desta feita, ao abrigo da alínea k), do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, apresenta-se o Código de Conduta da Câmara Municipal de Ourém, através da seguinte proposta de articulado:

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Âmbito de Aplicação

O Código de Conduta da Câmara Municipal de Ourém aplica-se a todos os agentes públicos em exercício de funções, independentemente da natureza do seu vínculo contratual, incluindo-se:

- a) Trabalhadores;
- b) Dirigentes;

- c) Eleitos;
- d) Prestadores de serviços;
- e) Estagiários.

Artigo 2.º

Objeto

- 1 O Código define as linhas orientadoras e constitui uma declaração de princípios e valores da organização, que se consubstancia na prossecução do serviço e do interesse público.
- 2 Esta base deontológica tem como intuito orientar e ajudar todos os agentes públicos na tomada de decisão e na ação, enquanto identidade da cultura da instituição.
- 3 Os princípios estruturantes e os valores centrais definidos neste Código, não prejudica a aplicação de normas, princípios e valores aprovados por Lei, Regulamentos ou Códigos, nacionais e internacionais, que se encontram em vigor no ordenamento jurídico português.

Princípios Estruturantes

Artigo 3.º

Princípio do serviço público e independência

- 1 No exercício das suas funções, todos os agentes públicos devem agir sob o regime da exclusividade, exceto nas situações admitidas pela Lei, estando sempre ao serviço do interesse público.
- 2 Ao agente público é concedido todas as condições para que as decisões sejam tomadas com isenção e independência face a outros e distintos interesses.

Artigo 4.º

Princípio da legalidade

Os agentes públicos agem sob tutela dos princípios constitucionais consagrados e das demais leis em vigor.

Artigo 5.º

Princípio da proporcionalidade

Toda e qualquer decisão dos agentes públicos deve pautar-se pela ponderação e razoabilidade, por forma a que as medidas sejam adequadas e necessárias com o objetivo a realizar.



Artigo 6.º

Princípio da confiança

Devem todos os agentes públicos, em todas as dimensões, recorrer a critérios de previsibilidade e coerência, contribuindo para a confiança dos cidadãos e para as práticas administrativas assentes em princípios de igualdade e imparcialidade.

Artigo 7.º

Princípio da igualdade e imparcialidade

- 1 Em qualquer relação, os agentes públicos respeitam o princípio da igualdade, assegurando que situações idênticas são objeto de tratamento igual, e as situações diferentes são objeto de tratamento diferente, nunca discriminando qualquer cidadão segundo o constitucionalmente consagrado.
- 2 Os agentes públicos não podem tomar qualquer ação arbitrária que beneficie ou prejudique o cidadão, devendo todas as condutas pautar-se pela imparcialidade, salvo as previstas na lei.

Artigo 8.º

Princípio da integridade

Todos os agentes devem reger-se segundo critérios de honestidade pessoal e de seriedade no carácter, abstendo-se de retirar vantagens pessoais do exercício das suas funções públicas.

Valores Centrais

Artigo 9.º

Transparência

Aos agentes públicos, salvo as descritas na lei e as sob o regime do sigilo profissional, solicita-se total liberdade de atuação para a publicidade e acessibilidade das suas decisões e/ou dos procedimentos, valorizando-se uma cultura de informação clara e concisa aos cidadãos.

Artigo 10.º

Racionalidade

Defende-se e privilegia-se o uso racional de todos os recursos à disposição da Câmara Municipal de Ourém, com respeito pelas regras de boa gestão e governança, baseados nos princípios acima postulados.



Artigo 11.º

Responsabilidade

Os agentes públicos devem assumir a responsabilidade e a autoria dos seus atos e procedimentos, transmitindo a segurança, convicção e o empenho para o correto funcionamento da estrutura e para o serviço público.

Artigo 12.º

Sustentabilidade

Devem todos os agentes preservar, e, sempre que possível, potenciar os recursos materiais e imateriais que são da propriedade pública ou que estão ao serviço do interesse de todos.



APOIO FINANCEIRO

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E RECREIO DOS TOUCINHOS (ACURETO)— "VEDAÇÃO DE ALPENDRE ANEXO À ASSOCIAÇÃO"

Considerando que:

- A Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos (ACURETO), pretende vedar o alpendre anexo ao edifício da associação, permitindo a sua utilização enquanto arrecadação e estrutura de apoio às atividades a desenvolver.
- 2. O imóvel que será objeto de intervenção é propriedade da ACURETO.
- 3. A atividade desenvolvida pela entidade é essencialmente de caracter recreativo.
- 4. As receitas próprias da associação são insuficientes para a prossecução do investimento a executar.
- 5. Os municípios dispõem de atribuições no domínio do equipamento rural e urbano, e dos tempos livres de acordo com as alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013. de 12 de setembro.

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

PRIMEIRO OUTORGANTE: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490-499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respectiva Câmara Municipal, Luís Miguel Marques Grossinho Coutinho de Albuquerque;

е

SEGUNDO OUTORGANTE: Associação de Cultura e Recreio dos Toucinhos, pessoa coletiva com o NIPC 501 251 154, com sede em Toucinhos, Freguesia de Alburitel, representada neste ato pelo Presidente da Direção, Artur Oliveira Henriques.



O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1.ª (Objeto)

Constitui objecto do presente contrato a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da "Vedação de Alpendre Anexo à Associação", conforme projeto técnico previsto no Anexo – I.

CLÁUSULA 2.ª

(Apoio Financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 5.000 euros (Cinco Mil Euros) de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

CLÁUSULA 3.ª

(Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
 - a. 2.500,00 euros (Dois Mil e Quinhentos Euros), em julho de 2018;
 - b. 2.500,00 euros (Dois Mil e Quinhentos Euros), em novembro de 2018.
- 2. O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efectuar a apresentação de documentos de despesa e respectivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respectiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.



4.	O pagamento	o será efectua	ado por tı	ransfe	erência ba	ncária, pa	ara a conta	bancária da
	Associação o	de Cultura e	Recreio d	dos 1	Toucinhos,	com o r	número de i	dentificação
	bancária				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	da	entidade	bancária
				, c	onforme d	eclaração	em Anexo	- II, a qual
	faz parte inte	grante do pre	sente con	trato-	programa.			

CLÁUSULA 4.ª

(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;
- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito.
- g) Não afetar a outras finalidades, nem alocar, alienar ou por qualquer outro modo onerar, no todo ou em parte, os bens adquiridos no âmbito deste apoio, durante o seu prazo de vida útil legalmente estabelecido, sem a prévia autorização do Primeiro Outorgante.
- h) Manter o investimento afeto à respetiva atividade, pelo menos durante dez anos, contados a partir da conclusão da execução financeira prevista no presente contrato.



i) Comunicar ao Primeiro Outorgante o início da realização dos trabalhos a executar.

CLÁUSULA 5.ª

(Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

CLÁUSULA 6.ª

(Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

CLÁUSULA 7.ª

(Acompanhamento e fiscalização da obra objecto de apoio)

A execução física da obra será objecto de acompanhamento e fiscalização por equipa definida pelo Primeiro Outorgante, à qual compete autenticar a conformidade dos autos de medição elaborados.

CLÁUSULA 8.ª

(Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação, junto do(s) imóvel(eis) objecto de intervenção, o montante total de investimento, bem como do montante comparticipado pelo Primeiro Outorgante.

CLÁUSULA 9.ª

(Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto



- na cláusula 1.ª deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.
- 2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

CLÁUSULA 10.ª

(Acompanhamento e controlo do contrato)

- O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de, por si ou por terceiros, verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

CLÁUSULA 11.ª

(Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

CLÁUSULA 12.ª

(Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA 13.ª

(Incumprimento, rescisão e sanções)

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.



2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

CLÁUSULA 14.ª

(Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

Aprovações:	
Câmara Municipal:	
Assembleia Municipal:	
O presente Protocolo de Colaboração compre folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser folha 7, em virtude de conter as assinaturas do	rubricadas pelos Outorgantes, à exceção d
Celebrado aos () dias do mês de igual teor e validade, destinando-se cada um d	
Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,
Luís Miguel Margues Grossinho Coutinho	Artur Oliveira Henriques

Albuquerque